

## 4

### A análise comparativa

Feita nossa parada estratégica, voltemos de vez ao universo do jornalismo para então entrar na parte central deste trabalho. Antes de passarmos à análise do material empírico, será preciso definir mais um conceito, o de “jornalismo socialmente responsável”, agora à luz dos pontos da formação social brasileira destacados anteriormente. Em seguida, listaremos algumas notas sobre a metodologia utilizada, para justificar escolhas em relação ao objeto empírico e aos recursos metodológicos. Por fim, demonstraremos nossa análise, em dois planos, o do “noticiário factual” e o das “reportagens especiais”.

#### 4.1.

##### Sobre o jornalismo socialmente responsável

Ao fazer a correlação entre a formação social do Brasil e a prática jornalística, procuramos reunir elementos para contribuir com o aperfeiçoamento da definição de “jornalismo socialmente responsável”. Seguindo a definição adotada pela ANDI (2003a), é possível entender “jornalismo socialmente responsável” como a prática jornalística voltada para a construção de relatos sobre o mundo real capazes de contribuir para a inclusão social por meio da promoção de direitos. Embora o objeto desta pesquisa seja a cobertura sobre crianças e adolescentes em situação de risco ou exclusão social, o conceito é mais amplo, abrangendo todos os temas relacionados às desigualdades (sociais, de renda, étnicas, de gênero, de direitos) e ao desenvolvimento humano.

Na avaliação da ANDI, a comunicação em geral e o jornalismo em particular têm papel de destaque na transformação social do país. A agência dedicou o livro *Que país é este?* (ANDI, 2003a), quarto volume da série *Mídia e mobilização social*, à cobertura da imprensa sobre desigualdade social e desenvolvimento humano. Partindo de um diagnóstico quantitativo e qualitativo sobre a cobertura desse tema, ao criticar e apontar sugestões, o livro da ANDI

indica um esboço da visão da agência sobre as práticas do “jornalismo socialmente responsável”.

Os pontos fundamentais são o foco no desenvolvimento humano e a abordagem contextualizada nos relatos jornalísticos sobre os diversos aspectos da questão social. Para isso, é preciso que as matérias não se prendam ao relato simples dos acontecimentos. Devem buscar suas causas, contextualizá-los numa visão social mais ampla e apontar soluções para os problemas. Na visão da ANDI, isso se constrói com o incentivo a debates conceituais nas redações, formação teórica dos jornalistas e pluralidade de fontes de informação nas matérias.

Essa conceituação foi extraída de um diagnóstico mais negativo do que positivo<sup>27</sup>. Segundo a ANDI, as duas últimas décadas do século XX verificaram um movimento de diversificação e aprofundamento de estratégias para resgatar a histórica dívida social brasileira. Esse movimento, contudo, não foi acompanhado pelas redações com a mesma celeridade. Isso indicaria que a comunidade jornalística não estaria preparada para lidar com o tema da exclusão social de uma forma socialmente responsável. Formação acadêmica deficitária, cultura jornalística voltada para os temas relacionados à economia e à política partidária, ausência de visão de responsabilidade social no meio empresarial da comunicação e as constantes crises econômicas sobre o setor são sugeridos pela ANDI como possíveis razões para a falta de preparo.

Conceitualmente, a ANDI reconhece que os fatos que vão além da “normalidade” são a “matéria-prima da notícia” (ANDI, 2003a, p. 148). No caso dos temas ligados à exclusão social, a ANDI propõe, porém, uma abordagem que vá além do factual. Não se trata de deixar os fatos de lado, mas sim de não ficar apenas neles. “É viável ir além da visita presidencial a uma cidade do interior onde ele discursa sobre essas questões, aprofundando as matérias e ultrapassando a barreira do factual-imediato” (ANDI, 2003a, p. 148).

Ir além do fato não é novidade nas rotinas produtivas do jornalismo. A prática é relativamente comum nas editorias de política, economia, cidades e

---

<sup>27</sup> No livro *Que país é este?*, o diagnóstico é feito a partir da análise de 56 jornais e três revistas entre agosto de 2001 e julho de 2002. Por amostragem, a partir da metodologia do mês composto, a equipe da agência se debruçou sobre 716 textos. Nesse monitoramento, pela primeira vez, a ANDI não se restringiu a matérias e artigos sobre a situação de crianças e adolescentes, analisando todo o tipo de material relacionado ao tema da exclusão social (ANDI, 2003a, pp. 20 e 21). Ver mais sobre a metodologia do mês composto na nota 36.

comportamento. Por que, então, a cobertura sobre exclusão social tende a ficar restrita ao factual? A ANDI sugere dois motivos: (1) os temas são complexos e envolvem conceitos idem, o que acaba levando a um reducionismo na abordagem da imprensa, principalmente nos jornais diários; e (2) o jornalista não enxerga os temas relacionados à exclusão social em sua complexidade e tem dificuldade em identificar novos ângulos de abordagem (ANDI, 2003a, p. 149). Por isso, a ANDI aponta a falta de especialização dos jornalistas como um problema. Diferentemente dos jornalistas de economia, aqueles que cobrem a área social pouco sabem sobre o tema. O secretário-executivo da ANDI, Veet Vivarta, aprofunda esse ponto, em entrevista<sup>28</sup>:

Enquanto, nas redações como um todo, além do reconhecimento de que essa pauta tem valor jornalístico, você não tem isso sendo fortalecido em termos de status na disputa com outras temáticas, essa cobertura vai continuar, parte dela, na mão de quem chegou na redação e está ali disponível. Às vezes é um foca<sup>29</sup>, às vezes é alguém que está cobrindo dez, trinta coisas, e não agregou o mínimo de conhecimento em relação a isso. Nossos números e as entrevistas que a gente faz indicam isso. Parte do processo dessa cobertura vai meio no dia a dia da [cobertura] geral (VIVARTA, 2009, p. 136).

Ao analisar as fontes usadas nas matérias, o diagnóstico da ANDI sugere que há pouco espaço para o contraditório nos textos sobre desigualdade e exclusão social. Embora o uso de mais de uma fonte esteja relativamente consolidado nas matérias analisadas, quase sempre elas falam em coro. Isso se reflete também na dependência das fontes oficiais – problema já relatado em outros monitoramentos feitos pela ANDI.

Por fim, a publicação da ANDI traz uma lista de recomendações sobre a prática do “jornalismo socialmente responsável” (ANDI, 2003a, p. 157). Daí é possível extrair mais alguns elementos que nos ajudam a esboçar uma definição. Em primeiro lugar, vem a importância do incentivo a debates conceituais nas redações, para fomentar a reflexão prévia sobre os temas tratados nos jornais. Outra característica é o esforço para evitar enfoques pré-concebidos. Por isso, a ANDI inclui a flexibilidade das pautas como uma de suas recomendações. O objetivo é evitar que o processo de produção da matéria seja ajustado para

---

<sup>28</sup> Entrevista publicada na íntegra no Apêndice, pp. 133-145.

<sup>29</sup> No jargão jornalístico, “foca” é o profissional iniciante.

comprovar a ideia inicial da pauta, mesmo quando ela não reúne fatos para sustentá-la.

Em suma, a prática do “jornalismo socialmente responsável”, conforme definido aqui a partir da proposta da ANDI, pode ser resumida em certos parâmetros técnicos. Alguns deles são a pluralidade de fontes (busca pelo contraditório), o banimento de termos pejorativos, a contextualização dos acontecimentos relatados, a correta citação das fontes utilizadas, a referência a políticas públicas e o utilização do Estado democrático de direito como referência de garantia básica de cidadania. De uma forma geral, esses parâmetros estão alinhados com o método da objetividade jornalística. As práticas sugeridas pela ANDI estão baseadas em padrões éticos básicos, que também norteiam a discussão sobre a objetividade como método.

Assim, propomos a ideia de “parâmetros mínimos” como encerramento de nossa contribuição para aperfeiçoar a definição de “jornalismo socialmente responsável”. Os parâmetros técnicos listados acima servem de norte para a prática jornalística. Eles devem ser observados tanto no “noticiário cotidiano” quanto nas “reportagens especiais”, conforme já conceituados. Embora a reportagem implique maior aprofundamento, análise, interpretação e contextualização em relação à notícia factual, é a submissão dos relatos sobre o mundo real a esses parâmetros a responsável por caracterizar ambos os gêneros como jornalísticos.

Se a observância a esses parâmetros é mais rigorosa no caso da reportagem, a diferença em relação ao noticiário cotidiano deveria ser apenas de escala, assim como a decisão de ignorar um ou outro parâmetro deveria ser minimamente refletida. Daí a ideia de que, mesmo no caso das notícias factuais, um conjunto mínimo desses parâmetros técnicos deve sempre ser observado. Por isso, a análise comparativa empreendida aqui é guiada por esses “parâmetros mínimos” da prática do “jornalismo socialmente responsável”. A eles faremos referência no momento de debruçarmo-nos sobre o material empírico.

## 4.2. Notas metodológicas

Para demonstrar a análise comparativa que constitui a parte central desta pesquisa é necessário fazermos algumas observações de cunho metodológico, sobretudo em relação às escolhas em termos de recorte do objeto. Em primeiro lugar, aparece o recorte temporal. O foco da pesquisa está na produção da imprensa escrita entre meados da década de 1990 e fins da primeira década deste século XXI. Com isso, pretende-se observar a evolução da qualidade de cobertura ao longo de pouco mais de uma década, período importante devido a seu contexto histórico.

A saída lenta e gradual de longo período de autoritarismo formal<sup>30</sup>, durante a ditadura militar, só firmou-se em passadas mais consistentes nos anos 1990. O primeiro governo civil após a ditadura não foi eleito diretamente. As eleições só voltariam à rotina a partir de 1989. O primeiro presidente eleito diretamente desde a deposição de João Goulart, em 1964, tampouco completaria seu mandato. Superada a turbulência do *impeachment* de Fernando Collor de Mello, em 1992, o país retomaria a rotina de eleições, a partir de 1994, a cada quatro anos, aí sim com regularidade – embora tenha havido uma mudança significativa nas regras, em 1997, com a introdução da reeleição para mais um mandato nos cargos executivos, em todas as esferas de governo.

Ainda que trôpego, o restabelecimento de nossa rotina democrática vem, desde então, consolidando-se. Em 2002, a oposição chegou ao poder pelo voto e o Brasil vivenciou uma transição política marcada pela estabilidade, a despeito de apostas contrárias e de algumas crises políticas subsequentes – sem, contudo, desvios importantes no funcionamento normal de uma democracia.

Além da chegada da oposição ao poder, o grande fato político do Brasil nas duas últimas décadas foi a estabilização econômica. Independentemente de eventuais críticas à forma como foi alcançada – com elevados custos sociais, políticos e até mesmo econômicos –, é forçoso ressaltar sua importância para a

---

<sup>30</sup> Por “autoritarismo formal” entende-se o regime político da ditadura militar, entre 1964 e 1985, segundo a datação mais amplamente aceita na historiografia nacional. Com o adjetivo “formal” pretende-se ressaltar que, independentemente dos regimes políticos de exceção, o autoritarismo é traço constituinte da formação social brasileira, como vimos anteriormente.

estabilidade política e, principalmente, para a entrada das questões sociais na agenda nacional.

Embora, como vimos, a exclusão social seja estrutural em nossa formação social – e, portanto, está desde sempre entre as principais mazelas do país, mesmos nos períodos de instabilidade e hiperinflação –, a agenda econômica mantinha prioridade. Em que pese sua importância como fator distribuidor de renda e gerador de crescimento econômico sustentável no longo prazo, o fim da hiperinflação e o aprofundamento da estabilidade foram fundamentais também para a entrada, de forma cada vez mais hegemônica, da questão social na agenda nacional. O processo de aprofundamento da estabilidade está sendo também lento e gradual, mas deve ser destacado como importante fator a dar condições tanto para o Estado voltar-se às políticas públicas contra a exclusão quanto para a sociedade voltar-se ao debate sobre o tema.

Se aqui está-se tomando a perspectiva do jornalismo como ator social na construção da realidade, os jornais têm então refletido os processos de mudança acima descritos. A escolha do período entre meados da década de 1990 e fins da primeira década do século XXI é uma tentativa, portanto, de apreender a reação da produção jornalística à priorização da questão social na agenda nacional. Mais ainda, permite-nos refletir sobre a contribuição do jornalismo nesse processo de mudança na agenda.

Há outra explicação, de caráter prático, para a escolha do recorte temporal. Esse período é coberto pelos relatórios *Infância na mídia*, produzidos pela ANDI desde 1996. A análise da cobertura cotidiana aqui empreendida é toda baseada nos relatórios da ANDI. Independentemente da importância e da qualidade do trabalho da agência, a opção deve-se ao fato de oferecer-nos uma visão macroscópica sobre a cobertura da imprensa escrita nas principais cidades do país. A abrangência dos estudos da ANDI permite, dessa forma, assumi-los, metodologicamente, como amostra, se não da totalidade, pelo menos da parte mais relevante da cobertura dos jornais sobre infância e adolescência.

A opção pelo segundo recorte do objeto empírico – o foco nos jornais impressos – está relacionada à cultura jornalística. Se a abrangência e o impacto da imprensa escrita podem ser relativizados diante das características socioculturais do conjunto da população brasileira, a influência dos jornais na pauta dos outros meios de comunicação de massa e no enfoque dado pelos

jornalistas em geral não pode ser desprezada. Ou seja, assume-se aqui o jornalismo impresso ainda como paradigma no estabelecimento e na consolidação das práticas jornalísticas, bem como na formação da cultura profissional dos jornalistas.

Em seguida, está o recorte sobre as quatro reportagens especiais analisadas – todas coberturas vencedoras do Prêmio Esso, em categorias diversas, entre 1997 e 2008. As coberturas em questão, por ordem cronológica, são: (1) suíte de reportagens sobre criminalidade infanto-juvenil publicada em *O Dia*, em 1997, de autoria de equipe coordenada por Albeniza Garcia; (2) reportagem investigativa sobre exploração sexual de adolescentes em Manaus (AM), de autoria do repórter Amaury Ribeiro Jr. e do fotojornalista Luís Carlos Santos, publicada em março de 1997 no jornal *O Globo* e que geraria repercussões por cerca de duas semanas; (3) série de reportagens sobre evasão escolar publicada no jornal *Extra*, de autoria de Eduardo Auler, publicada em 2006; e (4) caderno especial sobre as brincadeiras das crianças moradoras de comunidades carentes no Rio de Janeiro, com material assinado pela repórter Ana Beatriz Magno e pelo fotojornalista José Varela, publicado em 12 de outubro de 2007, no *Correio Braziliense*<sup>31</sup>.

Criado em 1955, o Prêmio Esso de Jornalismo é o mais longevo e de maior credibilidade no Brasil. Metodologicamente, sua chancela tem a vantagem de oferecer-nos um olhar dos jornalistas sobre a qualidade da produção, na medida em que seus júris são formados por profissionais renomados e destacados no mercado de trabalho. Independentemente de eventuais críticas à falta de transparência nos processos de seleção dos premiados e à ingerência das empresas jornalísticas na escolha dos participantes dos júris, as listas de premiados do Prêmio Esso seguem refletindo o ponto de vista dos profissionais sobre o que são os mais altos padrões de qualidade do jornalismo. Temos, assim, um método de traços etnográficos em que o informante (o jornalista) aponta o que é mais relevante do ponto de vista de seu próprio grupo cultural.

---

<sup>31</sup> Inicialmente, seriam analisadas cinco coberturas agraciadas com o Prêmio Esso. Além das quatro listadas, faria parte do material empírico uma série de reportagens sobre trabalho infantil em lixões publicada no *Estado de Minas*, em junho e julho de 1999, de autoria de equipe formada por Sandra Kiefer, Francis Rose, Déa Januzzi e Evaldo Sérgio. Infelizmente, por causa de adversidades inerentes à prática de pesquisa, o acesso a esse material não foi viável. Optamos, dessa forma, por aproveitar alguns pontos da entrevista concedida pela jornalista Sandra Kiefer sem fazer a análise da cobertura iniciada com matéria de sua autoria.

Para completar nossa abordagem metodológica, alcançando uma perspectiva mais qualitativa, foram feitas cinco entrevistas em profundidade<sup>32</sup>. Duas delas – com o secretário-executivo da ANDI, Veet Vivarta, e com o professor Evandro Ouriques, da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – oferecerão subsídios para a análise geral sobre a produção da mídia impressa no período escolhido. As outras duas – com os jornalistas Amaury Ribeiro Jr., Eduardo Auler e Sandra Kiefer – trarão detalhes sobre como foram produzidas algumas das reportagens especiais analisadas, assim como reflexões sobre a prática jornalística.

Dessa forma, tanto a opção pela chancela do Prêmio Esso quanto as entrevistas exercem também um papel de coerência com a abordagem teórica aqui adotada. A perspectiva do *newsmaking*, baseada no pressuposto do jornalismo como agente da construção social da realidade e oriunda da sociologia norte-americana, adota como principal prática metodológica a pesquisa etnográfica. Inspirada na antropologia, a linha do *newsmaking* tem na observação participativa e nas entrevistas – tanto quantitativas (pesquisas de opinião) quanto qualitativas – seus principais instrumentos metodológicos.

Pesquisas de opinião não foram aqui adotadas porque a análise dos relatórios da ANDI nos parece suficiente para oferecer uma visão panorâmica da cobertura da imprensa escrita sobre a exclusão social de crianças e adolescentes. Ademais, destaca-se a necessidade de manter este trabalho com recortes definidos e bem fundamentados, evitando perda de foco com análises muito amplas. Pelo mesmo motivo, a observação participativa foi descartada. Espera-se, contudo, suprir parte da função desse instrumento metodológico com nossa própria visão de jornalista atuante no mercado profissional.

Em suma, a opção pelas entrevistas de profundidade funciona como contraponto. Elas introduzem, principalmente no caso dos jornalistas vencedores do Prêmio Esso, uma visão de dentro das redações. Além disso, as entrevistas não deixam de exercer certa função metalinguística, se pensarmos no quanto a abordagem metodológica aqui adotada deve à prática e às técnicas jornalísticas sobre as quais, ao mesmo tempo, propomos a reflexão.

---

<sup>32</sup> As entrevistas estão publicadas no Apêndice deste trabalho, pp. 122-169.

Por fim e antes de entrarmos finalmente na análise comparativa, cabe apenas uma última observação metodológica. A ANDI utiliza, em seus relatórios, referenciais teóricos da “análise de conteúdo” desenvolvidos nos Estados Unidos, a partir da obra de Harold Lasswell, ainda na década de 1920<sup>33</sup>. Na definição de Heloiza Herscovitz (2007, pp. 126-127), a “análise de conteúdo jornalística” é um método de pesquisa que analisa textos, sons, símbolos etc., veiculadas em quaisquer suportes midiáticos, a partir de uma amostra (aleatória ou não). Segundo a autora, seu objetivo é “fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias” (HERSCOVITZ, 2007, p. 127).

Como o foco desta pesquisa está na prática jornalística, utilizaremos a análise de conteúdo para inferir sobre os processos e métodos de produção da imprensa. No caso da cobertura cotidiana, recorreremos à análise de conteúdo empreendida pela ANDI em seus relatórios de monitoramento de mídia. No caso das reportagens especiais, faremos uma análise de conteúdo bem mais simples, baseada em critérios utilizados pela agência. Com os critérios selecionados – o número de fontes de informação citadas e o uso de termos pejorativos – procuraremos inferir sobre o uso da objetividade como método jornalístico na temática aqui em tela – a exclusão social de crianças e adolescentes.

### **4.3. A cobertura cotidiana**

Por meio da análise de mídia da ANDI, tentaremos oferecer agora um panorama da cobertura sobre crianças e adolescentes entre meados da década de 1990 e meados desta primeira década do século XXI. Com os relatórios *Infância na mídia*, a ANDI mantém sob monitoramento ininterrupto os principais jornais do Brasil, desde 1996. Do ponto de vista quantitativo, embora as sucessivas edições do relatório sofram com mudanças de metodologia, de universo pesquisado ou de amostragens estatísticas, o crescimento acumulado do espaço destinado pelos jornais ao tema foi de 1.148,74%, entre 1996 e 2004: saltou de

---

<sup>33</sup> Outros autores que trabalharam com a definição metodológica da análise de conteúdo são Nathan C. Leites & Ithiel de Sola Pool (1942), Abraham Kaplan (1943), Earl Babbie (1989), Martin W. Bauer (2002), Bernard Berelson (1952) e Klaus Krippendorff (2004), todos citados por Heloiza Herscovitz (2007).

10.540 para 131.617 inserções<sup>34</sup>, levando em conta apenas os 45 veículos brasileiros presentes em todos os relatórios nesse intervalo de sete anos<sup>35</sup>, segundo o *Infância na mídia 2003/2004* (ANDI, 2005, p. 5).

A edição mais recente do relatório está em *Direitos, infância e agenda pública* (ANDI, 2007), que versa sobre as publicações de 2005 e foi ampliada para a mídia latino-americana, abrangendo 121 jornais de dez países. Em 2005, a análise contabilizou 116.556 inserções, calculadas, pelo método do mês composto<sup>36</sup>, a partir de uma amostra de 9.713 inserções de 54 veículos brasileiros. Está no prelo a versão 2009 do monitoramento da ANDI sobre a mídia latino-americana. Os dados referentes à parte brasileira foram obtidos de antemão para esta pesquisa<sup>37</sup>. Seguiram sob análise 54 veículos; foram projetadas 156.552 inserções (amostra de 13.046), em 2006, e 149.640 (amostra de 12.470), em 2007.

A avaliação geral da agência aponta para avanços importantes na cobertura geral sobre crianças e adolescentes, tanto quantitativamente (espaço destinado ao tema) quanto qualitativamente. De uma forma geral, as análises da ANDI publicadas junto a cada edição do relatório apontam a conscientização social dos jornalistas como responsável pelo crescimento do espaço destinado ao tema. No relatório *Imprensa e desenvolvimento humano: uma retrospectiva de sete anos de análise de mídia*, a ANDI afirma ter ali o

---

<sup>34</sup> A ANDI não mede a centimetragem do espaço ocupado pelas matérias, considerando inserções, com o mesmo peso, tudo o que é publicado. “A cada título, seja matéria principal ou box, é computado o que convencionamos chamar ‘inserção’. Fotografias não acrescentam ‘pontos’. A comparação com o critério de centimetragem, já realizada pela ANDI, não mostrou relevantes alterações nos resultados” (ANDI, 2000, p. 9).

<sup>35</sup> O número de veículos monitorados variou ano a ano nos relatórios *Infância na mídia*. O mínimo foi de 48, no período de 1999 e o máximo foi de 60, em 2004. Entre uma edição e outra também há casos de inclusão e exclusão de veículos, o que faz com que 45 tenham estado presentes em todos os monitoramentos entre 1996 e 2004. De 2005 a 2007, foram monitorados 54 jornais brasileiros.

<sup>36</sup> A metodologia do mês composto forma uma amostra a partir da construção de um mês com 31 dias, escolhidos aleatoriamente entre o total do material analisado ao longo do ano, levando-se em conta as sazonalidades. A ANDI utiliza a metodologia do mês composto em diversos relatórios e análises de conteúdo de mídia, principalmente para definir amostras sobre as quais fazer a análise qualitativa. Nos monitoramentos dos veículos brasileiros para os anos de 2005, 2006 e 2007, a agência utilizou a metodologia do mês composto numa forma inversa: a partir da amostragem, foi definido o universo de inserções. À amostragem, é aplicado um cálculo estatístico que projeta um número total de inserções. Ou seja, até 2004, temos o total de inserções efetivamente contabilizado e calculado. De 2005 em diante, esse total é projetado.

<sup>37</sup> A publicação do relatório sobre o monitoramento latino-americano estava prevista para o quarto trimestre de 2009. Os dados preliminares foram obtidos de antemão junto à ANDI; serão creditados, mas não referenciados.

retrato de um jornalismo que amadurece rumo a uma maior responsabilidade social e torna-se aliado importante na construção de uma realidade em que crianças e adolescentes poderão, enfim, crescer com a perspectiva de pleno desenvolvimento humano (ANDI, 2003b, p. 3).

Os critérios e metodologias de avaliação qualitativa foram sendo aprimorados ano a ano. Segundo a ANDI, esse movimento foi imposto pela própria evolução quantitativa da cobertura. O relatório *Infância na mídia* surgiu em 1996, observando três pontos chaves no material veiculado em 55 jornais brasileiros: o número de inserções – tudo o que é publicado, sejam matérias principais, coordenadas, grandes reportagens, artigos ou editoriais, contados com o mesmo peso –; a classificação dos textos de acordo com 21 temas relacionados aos direitos de crianças e adolescentes; e a opinião contida em artigos e editoriais.

Com a sofisticação dos critérios e da metodologia ao longo do tempo, a ANDI aprofundou sua análise de conteúdo. O conceito de “busca de soluções” foi o primeiro critério qualitativo, introduzido em 1997 – até então, o *Infância na mídia* era trimestral. Os relatórios passaram a indicar as matérias que focalizavam projetos sociais e políticas públicas bem-sucedidos ou a investigação de soluções para as questões que afetam a qualidade de vida de crianças e adolescentes. Já no relatório do segundo trimestre de 1997, o conceito de “busca de soluções” foi ampliado, englobando

não só os textos que enfocassem diretamente iniciativas sociais bem-sucedidas, mas toda notícia que, abordando os problemas da infância e adolescência, remetesse o leitor à reflexão, indicasse a existência de debates na sociedade sobre tais temas ou esclarecesse as dimensões legais e éticas a eles relativos (ANDI, 2003b, p. 10).

O objetivo do critério “busca de soluções” é dar visibilidade a “um jornalismo mais equilibrado entre a denúncia das catástrofes sociais (...) e das soluções ou das possibilidades de solucionar os problemas dos jovens brasileiros vítimas das desigualdades” (ANDI, 2000, p. 113). No *Infância na mídia* sobre a cobertura do ano 2000, a ANDI passou a classificar também as matérias que continham ótica de “denúncia”, sem apresentar caminhos para solucionar a realidade relatada.

Com o intuito de avançar na avaliação qualitativa da produção da mídia, a ANDI introduziu o critério das fontes de informação utilizadas, no *Infância na mídia* sobre a cobertura de 1999 – o relatório passou então a ser anual e teve

tiragem de 3 mil exemplares. Inicialmente, eram analisadas apenas as “fontes primárias”, ou seja, as protagonistas ou geradoras das pautas (ANDI, 2003b, p. 19). Elas eram divididas em fontes oficiais (governos), fontes de organizações da sociedade civil e outras fontes (das próprias redações ou atores da sociedade civil não ligados a organizações não-governamentais).

Em 2002, a análise sobre as fontes se sofisticou. Elas passaram a ser classificadas em 37 tipos de atores sociais, separados em dez grupos. Passou-se também a analisar todas as fontes de informação e não apenas as geradoras das pautas. No relatório sobre a cobertura de 2002, a ANDI verificou avanços, pois 44,22% das fontes eram representantes da sociedade civil. Ainda assim, havia fontes esquecidas: mesmo com o aumento da pluralidade de atores ouvidos nas matérias, os Conselhos Tutelares (em esfera municipal) e os Conselhos de Direitos (nas três esferas do poder público) seguiam ignorados. Em 2002, os primeiros foram ouvidos em apenas 0,71% das inserções e os segundos, somente em 0,46% (ANDI, 2003b, p. 23).

O auge do avanço na avaliação qualitativa da cobertura da mídia sobre crianças e adolescentes veio também no *Infância na mídia 2002/2003*. Foi quando o relatório aplicou os 50 jornais analisados a um ranking quali-quantitativo. Segundo a agência, o ranking surgiu da constatação de que a pauta sobre os direitos das novas gerações já estava amadurecida, até como reflexo da mobilização de setores da sociedade civil (ANDI, 2003b, p. 29). O objetivo do ranking era apresentar uma fórmula capaz de traduzir numericamente a qualidade da cobertura dos veículos.

Nessa equação, foram considerados diversos critérios, entre eles o total de textos publicados; a pluralidade das fontes ouvidas; a frequência com que é dada voz à família, à criança e ao adolescente; a menção a questões de gênero e etnia; o percentual de reportagens com abordagem de Denúncia ou de Busca de Soluções; a quantidade de editoriais e artigos; a veiculação de referências ao Estatuto da Criança e do Adolescente e a publicação regular de suplementos infantis ou juvenis (ANDI, 2003b, p. 29).

O ranking quali-quantitativo sobre a cobertura de 2002, que colocou o *Correio Braziliense* no topo, foi construído sobre todo o universo pesquisado. Foram analisadas 92.473 inserções de 50 jornais. A cada uma delas foi aplicado com questionário com 18 critérios (ANDI, 2003c, pp. 18-19). Cada critério teve um peso definido e as notas dos veículos foram padronizadas matematicamente.

“Cada dado bruto (...) foi dividido por um número tal, de forma que o resultado final – para o jornal que alcançou o maior valor para aquele dado – não fosse superior a 1” (ANDI, 2003c, p. 13). Por fim, os dados padronizados foram multiplicados por seu respectivo peso e somados para compor a nota final de cada jornal analisado.

A importância da avaliação quali-quantitativa é expressada pela ANDI em dois exemplos: o *Correio Braziliense*, primeiro no ranking em 2002, ficaria em quinto se fosse adotado apenas o critério quantitativo de espaço (número de inserções totais). Já o segundo no ranking do mesmo período, o jornal baiano *A Tarde*, cairia para a 27<sup>a</sup> colocação na listagem apenas quantitativa. Os critérios de qualidade ajudam também a corroborar impressões apenas sugeridas na avaliação exclusivamente quantitativa. Por cinco vezes, o *Correio Braziliense* ficou no topo do ranking quantitativo da ANDI como o veículo que mais espaço dedicou ao tema da infância e da adolescência (ANDI, 2003c, p. 14).

O ranking quali-quantitativo seria repetido no relatório *Infância na mídia 2003/2004*, apenas em relação ao material publicado em 2003. O jornal *Folha de S. Paulo* ficou na primeira colocação. Para analisar qualitativamente a produção jornalística de 2003, a ANDI usou uma amostra de 9.314 inserções, obtida pelo método do mês composto, representando o total de 115.869 matérias sobre crianças e adolescentes publicadas ao longo do ano. De 2002 para 2003, houve leve queda na nota média dos jornais, de 0,1142, em 2002, para 0,1132, em 2003 (ANDI, 2005, pp. 8-9).

A partir do *Infância na mídia 2002/2003*, a ANDI introduz a ótica do Desenvolvimento Humano aos seus parâmetros de jornalismo socialmente responsável (ANDI, 2003c, pp. 8-9). Assim, a produção jornalística de 2003 em diante passou a ser classificada também de acordo com 14 critérios associados ao conceito cunhado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em 1990, cujo principal artífice foi o economista indiano Amartya Sen, vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 1998 (ANDI, 2003b, p. 32). Essa avaliação seria aplicada na cobertura de 2003 e, portanto, apresentada no relatório *Infância na mídia 2003/2004*.

#### 4.4. Testando a hipótese

Vê-se, portanto, que os critérios da ANDI para tornar tangíveis as avaliações qualitativas sobre a produção da mídia estão conectados à prática do “jornalismo socialmente responsável”. Desses critérios, escolhemos alguns para guiar a análise aqui empreendida, à luz da hipótese colocada – de que há uma diferença importante, na atenção aos parâmetros mínimos do método jornalístico, entre matérias especiais e a cobertura cotidiana. As escolhas dos critérios possuem algumas deficiências e elas serão explicitadas e problematizadas caso a caso.

O primeiro critério, a ser utilizado na análise geral da cobertura (aqui apreendida por meio dos relatórios da ANDI), é o enfoque – dividido em “busca de soluções”, “denúncias” ou “meramente factuais”. Em seguida, a menção a políticas públicas surge como forma de enriquecer a análise geral. Na análise das matérias especiais, recorreremos aos critérios do número de fontes e do uso de termos pejorativos. Assume-se aqui que termos pejorativos não têm vez entre os parâmetros mínimos da prática jornalística.

Com o critério do enfoque, pretende-se verificar alguma relação entre o caráter puramente factual e a não observância desses parâmetros mínimos. Quando a ANDI introduziu o conceito de “busca de soluções”, em 1997, passou a ser possível medir, de certa forma, o caráter factual da cobertura. Isso pode ser feito ao olharmos o equilíbrio entre o percentual de matérias com enfoque de “busca de soluções” e a parcela com enfoque de “denúncias”, pois as inserções não classificadas em nenhuma das categorias são, geralmente, puramente factuais.

A Pesquisa Infância na Mídia não utiliza terminologia específica para identificar as matérias que não se enquadram nos critérios determinados para “**Buscas de Soluções**” ou “meras **Denúncias**”. Essas matérias – a maior parte factuais – não aprofundam a investigação seja sob a ótica das soluções ou das denúncias (ANDI, 2000, p. 113, grifos dos autores).

Para verificar a existência da relação acima descrita, recorreremos ao corte temático<sup>38</sup> das análises da ANDI, numa comparação entre, de um lado, o índice

---

<sup>38</sup> Os monitoramentos da ANDI classificam as matérias de acordo com temas pré-estabelecidos. “As notícias são divididas em temas (retrancas) que, por sua vez, contêm sub-retrancas” (ANDI, 2001a, p. 2). Desde 1999, o tema Educação é o mais abordado na cobertura sobre os direitos da infância e da juventude. O tema Violência aparece recorrentemente em segundo lugar.

médio de matérias com enfoque em “busca de soluções” e “denúncias”, e, do outro, o índice apresentado nas inserções do tema Violência. Esse índice tende a ser baixo quando miramos apenas as inserções classificadas no tema Violência. Ou seja, o percentual de inserções factuais sobre violência é maior do que na média. Isso ocorre até os monitoramentos de mídia referentes ao ano de 2004. A partir de 2005, houve uma mudança de tendência, explicitada a seguir.

Apesar da melhoria qualitativa geral apontada pela ANDI em seus relatórios, a temática da violência – expressão do autoritarismo e da exclusão social estrutural de nossa formação social, como já visto anteriormente – segue como uma das áreas de cobertura mais problemáticas. Na análise temática *Balas perdidas*, a ANDI (2001c) já havia chamado a atenção para o fato.

Na imprensa, a violência não é tratada como fenômeno social, mas somente como uma mera sucessão de casos. De muitos casos, aliás, porque multiplicam-se as matérias sobre agressões e crimes, mas num esforço que se reduz a balas perdidas – tão raras são as investigações jornalísticas que tornam plural a visão sobre o fenômeno (ANDI, 2001c, p. 6).

De 2001 para cá, o quadro melhorou. Por exemplo, as editorias de Polícia, ainda existentes à época do relatório *Balas perdidas* – embora já estivéssemos no século XXI! –, hoje são bem mais raras. A cobertura sobre o tema acabou sendo incorporada nas editorias responsáveis pelo noticiário local ou de cidades.

Ainda assim, a ANDI aponta o tema como um dos mais distantes dos parâmetros mínimos da prática jornalística – sem esquecer que a tentativa de contextualização, indo além do enfoque meramente factual, está entre os parâmetros técnicos do “jornalismo socialmente responsável” defendido pela agência. No monitoramento sobre a cobertura de 1999, o relatório da ANDI aponta uma contradição no tema Violência: quando os jovens são vítimas, o tratamento tende a ser contextualizado em termos da crise social; quando eles são agentes de atos infracionais, as matérias tendem a tratá-los como criminosos, ignorando o contexto social (ANDI, 2000, p. 65). O relatório do ano seguinte (ANDI, 2001a, pp. 12-13) ressalta que, recorrentemente, as matérias do tema Violência são as que mais contêm incorreções conceituais.

Além da falta de contextualização, os relatórios da ANDI, ano a ano, apontam pouca pluralidade de fontes (dependência excessiva das oficiais, como a polícia) e uso de termos pejorativos como os erros mais recorrentes na abordagem de situações violentas envolvendo crianças e jovens. Essas incorreções estão na

contramão do “jornalismo socialmente responsável” como definido aqui, mas é importante ressaltar como elas andam lado a lado. Sem pluralidade de fontes é impossível oferecer enfoque diferente do meramente factual. Além disso, as abordagens pouco contextualizadas tendem a incorrer em reducionismos típicos do uso de termos pejorativos ou preconceituosos – no relatório sobre a produção jornalística de 2005, a ANDI destaca os termos “aidético”, “bandido”, “menor” e “pivete” como os mais repetidos (ANDI, 2007, p. 14).

Isso se reflete nas análises da ANDI. Ao longo de 1999, por exemplo, a ANDI monitorou 48.639 inserções em jornais e revistas: 30,83% delas tinham enfoque na busca de soluções e 11,27%, em denúncias. Do total de inserções, 6.680 eram sobre Violência. Destas, apenas 12,52% tinham enfoque em busca de soluções e 9,59% tinham enfoque em denúncias. Portanto, 77,89% das inserções sobre Violência eram factuais, contra 57,9%, na média. No monitoramento sobre o material publicado em 2000 (64.396 inserções em jornais e revistas), os índices de busca de soluções e denúncias foram de 31,01% e 6,96%, respectivamente. No tema Violência, porém, 85,43% das 14.762 inserções tinham enfoque majoritariamente factual, contra 62,03%, na média.

Em 2001, 35,6% das 75.797 inserções monitoradas tinham enfoque em busca por soluções e 8,8%, em denúncias – ou seja, 55,6% poderiam ser consideradas meramente factuais. Já no tema Violência o enfoque factual respondia por 83,14% das 15.373 inserções. Em 2002, houve aumento do enfoque factual na média: 60,9% das 93.581 inserções não apresentavam nem busca de soluções nem denúncias. No tema Violência (15.903 inserções do total), o enfoque factual estava em 73,69% das matérias.

O padrão seria mantido em 2003 e 2004. Em 2003, 83,65% das inserções do tema Violência eram factuais, contra 69,75% na média – nesse ano, apenas 19,76% das 115.869 inserções tinham enfoque na busca de soluções e 10,49%, em denúncias. Em 2004, 80,54% das inserções sobre Violência eram factuais, contra 68,45% na média – o total de inserções atingiu 161.706, com 21,2% dos enfoques na busca de soluções e 10,35%, em denúncias.

O relatório *Direitos, infância e agenda pública* (ANDI, 2007) – com o monitoramento de mídia referente a 2005 e abrangência ampliada para toda a América Latina – não traz a análise de enfoque separada por tema, mas dados preliminares obtidos para esta pesquisa apontam para uma mudança de tendência.

A parcela de inserções com ótica factual cresceu na média e diminuiu no tema Violência. De 2005 a 2007, a cobertura sobre violência apresentou-se, portanto, menos factual do que a média. Essa mudança deveu-se, principalmente, ao aumento da parcela de textos com enfoque nas denúncias.

Em 2005, das 116.556 inserções projetadas, 13,67% tinham enfoque em “busca de soluções” e 3,79%, em “denúncias”. O tema Violência, que respondeu por 12,3% do total de inserções, teve 9,63% delas em “busca de soluções” e 13,10%, em “denúncias”. Ou seja, a parcela de material factual, na média, foi de 82,54%, enquanto, na temática Violência, foi de 78,07%.

Ainda segundo os dados preliminares obtidos, em 2006, das 156.552 inserções projetadas, 15,64% discutiram soluções e 4,15% apresentaram denúncias. No tema Violência (11,21% do total de inserções projetadas), os percentuais ficaram em 14,48% e 18,17%, respectivamente. A parcela factual ficou, na média, em 80,21% e, em Violência, em 67,35%.

A tendência de inversão manteve-se em 2007. No total de 149.640 inserções projetadas, 21,42% tinham enfoque em “busca de soluções” e 4,75%, em “denúncias”, resultando em 73,83% de matérias factuais. Na temática Violência (12,17% do total de inserções projetado), 13,63% dos textos buscavam soluções e 15,01% apresentavam denúncias. O percentual de material factual ficou, portanto, em 71,36%, pouco abaixo da média.

O principal problema da abordagem adotada até aqui é que o enfoque, segundo a conceituação da ANDI, é apenas um dos critérios de avaliação qualitativa da cobertura. Em parte por isso, a agência desenvolveu outros instrumentos para medir a qualidade das matérias, segundo relata, em entrevista, o secretário-executivo da ANDI, Veet Vivarta. “A ‘busca de solução’ é um elemento, mas usar esses outros referenciais, para nós, hoje, é um grande passo no processo” (VIVARTA, 2009, p. 141).

Um dos problemas do conceito de “busca de soluções” é que o enfoque pode ser influenciado, principalmente, pelo uso de veículos de comunicação como instrumento político-partidário. Especialmente nas cidades de menor porte, é comum o jornal – e, geralmente, emissoras de TV e rádio – pertencer a grupos políticos de situação. Dessa forma, segundo Vivarta, a ANDI verificou que alguns jornais tinham ótimos índices de material com enfoque em “busca de soluções” apenas porque davam espaço, sem espírito crítico, a programas e políticas dos

governos. Ou seja, a imprensa era usada como máquina de propaganda. “A ‘busca de solução’ é um indicador importante, mas ele não resolve tudo. Um caminho pode ser agregar essa série de outros indicadores, como nós acabamos fazendo ao longo dos tempos” (VIVARTA, 2009, p. 141).

Entre esses outros indicadores, destacam-se as fontes utilizadas, a referência a legislações e direitos, a menção a estudos e dados estatísticos, bem como a programas governamentais e políticas públicas. O acompanhamento, a crítica e a discussão sobre políticas públicas por parte da imprensa, segundo Vivarta, impõem-se como necessários num quadro em que as temáticas relacionadas aos direitos e à exclusão social de crianças e adolescentes já encontraram seu espaço na agenda jornalística.

O foco de políticas públicas é um diferencial importante para a contextualização da matéria de qualidade. (...) A menção a políticas públicas a gente hoje considera um elemento importante e, se está agregado à busca de soluções, isso significa que se está discutindo as políticas. É um elemento que a gente considera central (VIVARTA, 2009, pp. 141-142).

A relação entre os dois indicadores pode ser importante, pois a menção a políticas públicas, por si só, também pode trazer distorção semelhante ao problema inicialmente destacado.

Esse é outro drama: eu menciono políticas públicas, mas aí descobre-se que 70% das matérias que mencionam políticas é lançamento de programa, mas você não tem avaliação da implementação, você não sabe se a pauta se descola da política depois que ela é lançada. Você não tem uma investigação se a política está sendo eficaz, se está chegando até o principal beneficiado, se foi feita avaliação (VIVARTA, 2009, p. 141).

A relação entre a ótica de “busca de soluções” e a referência a políticas públicas pode sugerir uma análise capaz de arrefecer o entusiasmo com a mudança de tendência no caráter factual das matérias de tema Violência, verificado nos monitoramentos de 2005, 2006 e 2007. O percentual de inserções com menção a políticas públicas no tema Violência ficou sempre aquém da média. Em 2005, ficou em 8,24%, contra 15,32%, no total projetado de inserções. Em 2006, ficou em 13,11%, contra 18,47%. E, finalmente, em 2007, ficou em 7,77%, contra os 16,04% da média.

Os dados sugerem que, apesar dos avanços e da inversão de tendência verificada no caráter factual da cobertura da violência, boa parte da avaliação contida no relatório *Balas perdidas* segue valendo. Ou seja, na média, a imprensa

continua tendendo a não tratar a violência relacionada aos jovens como um fenômeno social.

Na verdade, boa parte da inversão de tendência na relação entre a média geral e a temática Violência, quando miramos apenas o percentual de inserções que podem ser consideradas meramente factuais, pode ser explicada pelo crescimento geral do caráter factual. O salto mais evidente de 2004 para 2005 é este: o nível de textos considerados factuais, na cobertura total, passou de 68,45% para 82,54%. Já o nível de matérias factuais em Violência variou pouco, de 80,54% (2004) para 78,07% (2005).

Isso nos indica que é prematuro concluir por importantes ganhos de contextualização na cobertura sobre violência, como o indicador da menção a políticas públicas já nos havia alertado. De fato, somente o monitoramento de 2006 pode ser considerado ponto fora da curva, com apenas 67,35% de inserções factuais no tema Violência, a mínima histórica.

Para todos os efeitos, se nosso intuito é verificar a relação entre o caráter puramente factual e a não observância de parâmetros mínimos na prática da imprensa, pode ser interessante, ainda no corte temático da ANDI, mirar para o tema Educação. Os avanços nessa temática, tanto em quantidade quanto em qualidade, são maiores do que os do tema Violência. Apesar disso, na cobertura sobre educação também se verificou elevação do nível de matérias meramente factuais – cujo enfoque não é nem de “busca de soluções” nem de “denúncias”. Ele estava em 56,86% no monitoramento sobre a produção de 1999. Foi crescendo paulatinamente até ter um salto, de 2002 para 2003 – de 59,14% para 68,43%. De 2004 para 2005, momento da inversão de tendência na temática Violência, houve novo salto, de 70,1% para 80,65%. Em 2006, 80,21% das inserções em Educação poderiam ser consideradas factuais e, em 2007, o nível ficou em 71,43%.

Portanto, entre 2005 e 2007, a cobertura sobre educação poderia ser considerada mais factual do que a sobre violência. Quando recorremos mais uma vez ao indicador da menção a políticas públicas, porém, a constatação não é tão simples. As inserções classificadas em Educação apresentaram sempre um nível de referência a políticas públicas acima da média: 26,44%, em 2005 (contra 15,32%, na média, e 8,24%, em Violência); 20,89%, em 2006 (contra 18,47%, na média, e 13,11%, em Violência); e 20,61%, em 2007 (contra 16,04%, na média, e

7,77%, em Violência), sempre segundo dados preliminares do próximo monitoramento de mídia a ser lançado pela ANDI.

Sugere-se aqui, dessa forma, que as coberturas mais duras e factuais, como é o caso da sobre a violência relacionada a crianças e adolescentes, observam menos frequentemente parâmetros mínimos na produção do noticiário. Segundo Vivarta (2009, p. 142), “o tema mais frágil de todos é a violência, centrado muito no ato violento. É a cena do crime, o corpo estendido no chão. O menor foi morto ou roubou seja lá o que for, mas você não discute em que contexto se dá, porque razão se dá”.

Em áreas da cobertura um pouco menos duras, como é o caso da educação, abordagens mais plurais têm encontrado mais espaço nas décadas de passagem do século XX para o XXI. A consolidação da evolução qualitativa do jornalismo em relação aos direitos da infância e da adolescência passa, na visão de Vivarta, por uma maior difusão do tipo de abordagem plural.

Sei que posso ter uma notícia que basicamente me informa de alguma coisa importante. Não vou deixar de considerar uma notícia sobre o período de matrícula ou sobre vacinação. (...) Posso entender que parte da cobertura poderia teoricamente abrir mão do contraditório, de outro ponto de vista. Porém, a gente sabe que na realidade não é assim. Sabe que, muitas vezes, a matrícula vem acompanhada do velho problema da falta de vagas na escola perto de casa. (...) Ou seja, há questões para discutir mesmo naquelas pautas mais simples. Mesmo dando os descontos, a gente considera que nesse ponto a cobertura está aquém dos princípios básicos do bom jornalismo, da construção da informação de qualidade em termos de debate público (VIVARTA, 2009, p. 135).

#### **4.5. As reportagens especiais**

Ao ajustarmos nosso foco para as reportagens especiais, lançamos mão de mais dois critérios de análise da ANDI: as fontes de informação e o uso de termos pejorativos. Dessa forma, captamos três pontos no material empírico: o número de inserções<sup>39</sup>, o número de fontes e o uso do termo pejorativo “menor”. Com essa escolha, visamos tanto simplificar a análise quanto tentar colocá-la em denominadores comuns à perspectiva da ANDI. No entanto, a adoção desses três

---

<sup>39</sup> Adotamos aqui a mesma definição utilizada pela ANDI: todos os textos (matérias principais, boxes, matérias coordenadas ou subordinadas, chamadas na primeira página, artigos etc.) são contados como uma inserção, independentemente da função ou do tamanho. Portanto, títulos e subtítulos são considerados partes integrantes da matéria. Quadros e demais artes foram considerados inserções – mas as legendas das fotos, não. Todas as chamadas nas primeiras páginas foram consideradas apenas uma inserção.

critérios não exclui a validade dos comentários qualitativos que se seguirão. Antes de passarmos à análise das reportagens escolhidas, é importante destacar alguns fundamentos sobre esses três pontos.

O número de inserções visa dar noção do espaço ocupado por cada cobertura analisada. A heterogeneidade marca as quatro coberturas em tela. Há desde o gênero da reportagem especial investigativa (caso do material publicado em *O Globo*) até a série planejada (*Extra*), assim como trabalhos que ganharam continuidade – as chamadas “suítes”<sup>40</sup>. Uma característica, porém, une todo o material analisado – mesmo as coberturas originadas de uma primeira matéria, sem planejamento, acabaram recebendo tratamento especial.

Diante de tanta heterogeneidade, portanto, o número de inserções varia caso a caso. Essa informação analítica tem, contudo, a importante função de ajudar-nos a inferir sobre o rigor da pesquisa jornalística. Ao fazer a contagem de fontes de cada inserção, faremos um cálculo da razão da primeira sobre a segunda, na tentativa de evidenciar a pluralidade (ou falta dela) de vozes ativas no discurso jornalístico. Sobre as fontes, vale destacar que foram contadas todas as entrevistas citadas em cada inserção. Embora pesquisas, estudos, livros ou informações de quaisquer outras naturezas – como a observação direta – sejam “fontes jornalísticas”, estamos aqui adotando uma acepção mais específica. Nesta análise, são consideradas “fontes”<sup>41</sup> as pessoas entrevistadas. O objetivo é privilegiar um dos principais instrumentos da prática jornalística moderna – a entrevista –, largamente difundida na cultura profissional.

Por fim, a análise sobre o uso do termo pejorativo “menor” pretende identificar indícios, na prática e no discurso jornalísticos, da permanência de traços da exclusão social estrutural característica de nossa formação social. Termos pejorativos não têm vez na prática jornalística de qualidade. A repetição do termo “menor” para designar, principalmente, crianças e adolescentes socialmente excluídos pode não ser intencional, mas, definitivamente, tampouco é

---

<sup>40</sup> “Suíte” é, no jargão jornalístico, a matéria que segue notícia publicada em dias anteriores. As suítes podem ser construídas a partir de uma matéria inicial geradora de repercussão ou como capítulos planejados. No segundo caso, geralmente, o trabalho de pesquisa jornalística, por ser muito extenso, é dividido em temas e apresentado em diversas matérias, publicadas diariamente. Pode ocorrer, no entanto, de séries construídas em capítulos planejados gerarem mais suítes (não planejadas), a partir da repercussão eventualmente causada.

<sup>41</sup> No jargão jornalístico, é comum usarmos o termo “fonte” em referência às pessoas entrevistadas ou que passam informações.

casual ou trivial. Como já sustentamos, o termo “menor” não é intrinsecamente pejorativo; adquiriu esse traço a partir de um deslizamento semântico conectado à cultura política forjada na formação social brasileira. A conexão e o processo de deslizamento semântico mencionados são facilmente comprovados empiricamente (NEDER, 2008), mas não cabe nesta pesquisa aprofundarmos essa discussão.

#### **4.5.1. A delinquência infanto-juvenil em *O Dia***

Partamos para a análise das reportagens premiadas em ordem cronológica de publicação. Ao longo de 1997, o jornal carioca *O Dia* – de perfil popular<sup>42</sup> – tratou da exclusão social de crianças e adolescentes em diferentes conjuntos de reportagens que podem ser consideradas especiais. Naquele ano, o jornal ganhou o Prêmio Esso Regional Sudeste com o trabalho “Infância a serviço do crime”. Esse é o título da primeira de uma série de reportagens publicadas entre 21 e 24 de março de 1997. Segundo informação da RP Consultoria<sup>43</sup>, agência de comunicação responsável pela organização do Prêmio Esso, *O Dia* foi agraciado com matérias publicadas em quatro momentos: entre 21 e 24 de março, em 5 de maio, em 29 de junho e em 24 de agosto de 1997. Cada data representa um conjunto de série de reportagens construídas em suíte.

Para efeito desta pesquisa, o foco ficará restrito à primeira série do conjunto publicado em *O Dia* e vencedor do Prêmio Esso em 1997. A escolha deve-se à tentativa de manter as atenções em recorte específico do objeto pesquisado, sem prejuízo à análise comparativa que aqui se faz.

---

<sup>42</sup> O diário carioca foi fundado em 1951. O perfil popular – que Marialva Barbosa (2007) qualifica como “de sensações” – e a cobertura da violência, com fotos de cadáveres e muito sangue, foi sua marca registrada até a década de 1980. Nos anos 1960 e 1970, o apelo popular e emocional fez com que o jornal desse sustentação política a seu proprietário – Chagas Freitas, deputado federal e governador do Rio de Janeiro por dois mandatos, ambos com eleição indireta. Em 1983, o grupo Arca, de Ary de Carvalho, comprou o veículo (BARBOSA, 2007, pp. 212-219). Somente a partir de 1989, mas principalmente ao longo da década de 1990, o diário passaria por modernização e reformulação em sua linha editorial. O objetivo era desvencilhar-se da imagem de jornal policialesco, assumindo uma cobertura popular com foco em serviços e entretenimento (AMARAL, 2006, pp. 34-36). Em 1997, portanto, o jornal estava consolidando esse processo de reformulação. Reminiscências da ênfase no jornalismo sobre crimes, porém, eram inevitáveis e parecem saltar aos olhos do analista de hoje. A principal delas talvez seja a existência da editoria “Polícia”, na qual foram publicadas as matérias aqui analisadas.

<sup>43</sup> A informação foi prestada pela RP Consultoria em *e-mail* datado de 25 de maio de 2009.

A série publicada em março de 1997 está construída em torno de um fato noticiado em *O Dia* na sexta-feira, dia 21: a descoberta de um adolescente de 14 anos detido e internado sob custódia no Hospital Miguel Couto, um dos principais ambulatorios clínicos do Rio de Janeiro. O adolescente foi detido no Morro do Pereirão, favela situada em Laranjeiras, Zona Sul do Rio, após trocar tiros com a polícia e ser atingido de raspão. No hospital, foi identificado pela repórter Albeniza Garcia.

A partir do fato, descoberto cerca de um mês após ocorrido, o jornal carioca tratou da criminalidade infanto-juvenil em quatro edições seguidas, até a segunda-feira, dia 24 de março. Embora não tenha sido previamente planejada, a cobertura recebeu tratamento especial – a partir da edição de sábado, dia 22 de março, as matérias sobre o tema passaram a vir com um selo para identificá-las, desenhado graficamente a partir da foto do adolescente, que ilustrou a primeira página do dia anterior.

A matéria originária da série de quatro edições – “Infância a serviço do crime”<sup>44</sup>, de Albeniza Garcia – recebeu suporte de outra publicada na página seguinte – “Tráfico seduz cada vez mais”<sup>45</sup>, de Leila Youssef. O primeiro texto relata a estória do adolescente R., 14 anos, detido após ser ferido em troca de tiros com a polícia. A segunda matéria é baseada em dados sobre a detenção de crianças e adolescentes infratores.

Os dados, que apontariam o crescimento da criminalidade infanto-juvenil, são mote da chamada para a cobertura, ocupando cerca de meia página na capa do jornal naquela sexta-feira<sup>46</sup>. Na chamada, um “boxe”<sup>47</sup> ressalta depoimento pessoal de Albeniza Garcia. O texto está em primeira pessoa, em tom opinativo, e conta, de certa forma, como a reportagem surgiu – a repórter encontrou o menino no hospital, sob custódia da polícia. Na época aos 67 anos, a autora se credencia como experiente repórter policial – na assinatura, ainda é qualificada como mãe e avó.

---

<sup>44</sup> *O Dia*, Rio de Janeiro, 21 mar. 1997, p. 14.

<sup>45</sup> *O Dia*, Rio de Janeiro, 21 mar. 1997, p. 15.

<sup>46</sup> *O Dia*, Rio de Janeiro, 21 mar. 1997, p. 1.

<sup>47</sup> “Boxe” é como são comumente chamados os elementos gráficos que envolvem o texto num quadro. São textos separados do principal, mas que mantêm com ele algum grau de correlação.

Ao unir duas linhas de interpretação – o fator humano representado pelo relato da história do adolescente e os dados sobre detenção de crianças e adolescentes por envolvimento com drogas –, a chamada denota contornos de campanha, revelando traços de uma linha editorial em prol do debate sobre o tema. Corrobora essa constatação a publicação, dentro da chamada, de um editorial em forma de “suelto”<sup>48</sup>. O texto coloca a delinquência infantil como a maior tragédia nacional, com foco na promoção de direitos, no lugar do viés punitivo sob o qual o tema normalmente é trabalhado nos grandes veículos de comunicação. Em tom de cobrança das autoridades públicas, o editorial pede que se troque a discussão sobre a idade mínima de imputabilidade penal pelo debate sobre a idade máxima para se ir à escola e brincar.

Nos quatro dias em que o tema ficou em pauta, foram publicados 30 textos. O número a saltar aos olhos, porém, é a repetição de termos pejorativos: a palavra “menor” surge nada menos do que 60 vezes, média de duas vezes por texto. Nesse ponto, talvez fiquem claras as reminiscências do perfil policialesco do qual *O Dia* pretendia fugir. Essas reminiscências incluem traços do tradicional jornalismo policial, marcado por relações simbióticas e promíscuas entre repórteres e fontes. Por outro lado, pode-se creditar o excesso de termos pejorativos aos problemas já considerados em relação à cobertura sobre violência e à estigmatização discursiva (NEDER, 2008) aderente a essa temática.

O processo de estigmatização discursiva fica mais evidente na edição de 22 de março. Dois assuntos garantem a continuidade da série: a mãe adotiva do adolescente detido tenta visitá-lo e dá entrevista contando as dificuldades suas e do menino; e as estratégias encontradas por uma escola vizinha à favela em que o adolescente foi preso para conviver com tiroteios. Em um dos títulos da chamada na primeira página que une esses assuntos correlatos, lê-se: “Muro de aço isola criança rica de ‘menor’ infrator”<sup>49</sup>.

Embora, à primeira vista, seja possível interpretar o uso de termos diferentes para cada tipo de criança como uma denúncia do abismo social que as separa, a cristalização da ideia acaba por estigmatizar todas as crianças moradoras da

---

<sup>48</sup> No jargão jornalístico, “suelto”, palavra de origem castelhana, refere-se a pequenos textos editoriais (com a opinião do veículo) publicado fora do espaço original – normalmente, a página de opinião. O *suelto* é usado para inserir a opinião do veículo no conjunto noticioso. Geralmente, trata do mesmo assunto relatado no noticiário, mas com viés opinativo.

<sup>49</sup> *O Dia*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1997, p. 1.

favela, muitas excluídas socialmente. Ou seja, “criança rica” é a antítese de “menor infrator”. Infratores não são, portanto, crianças, enquanto à infância das classes mais abastadas não cabe a lógica da infração – eles sim são inimputáveis.

No domingo, dia 23, *O Dia* manteve a discussão em pauta, divulgando em primeira mão os dados de uma pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) sobre a delinquência infanto-juvenil em todo o país. Do ponto de vista da prática jornalística, o uso de pesquisas como fonte é um dos pontos altos da série – já no primeiro dia de cobertura sobre o tema, dados do Juizado da Infância e da Juventude haviam servido de subsídio. Talvez tenha faltado apenas uma reflexão maior sobre as pesquisas utilizadas, o que poderia ter sido feito com entrevistas de especialistas além dos responsáveis pelos estudos. No caso da matéria sobre a pesquisa do Unicef, enviada de Brasília, há apenas uma fonte citada.

Outro ponto positivo da cobertura de *O Dia* é o recurso ao fator humano, contido não só na primeira matéria da série, mas também na edição de 23 de março, no relato de uma adolescente internada em uma instituição para jovens infratores, que confessa assassinatos, apesar da tenra idade. O recurso de contar a história de vida dos envolvidos destaca-se também no relato da mãe adotiva do adolescente cuja detenção serviu de estopim para a série.

Na maioria das vezes, o recurso é usado sem fazer julgamentos, mesmo quando expõem aspectos da subjetividade do repórter, inclusive comentários sobre o processo de produção da reportagem. A exceção fica por conta de um quadro publicado no primeiro dia da série – “Pequenos bandidos, enormes problemas”<sup>50</sup>. Nele, são contadas as histórias de vida de cinco pequenos bandidos “famosos”. Aí sim as reminiscências do velho jornalismo policial prevalecem, principalmente na glamorização do infrator.

No último dia da série, abre-se espaço para um enfoque de “busca de solução”, nos parâmetros estabelecidos pela ANDI. Como uma espécie de conclusão dos quatro dias de reportagens, a educação é apontada como um dos caminhos para solucionar o problema da delinquência infanto-juvenil. A matéria principal, intitulada “Eles precisam é de educação”<sup>51</sup>, assinada por Leila Youssef,

---

<sup>50</sup> *O Dia*, Rio de Janeiro, 21 mar. 1997, p. 14.

<sup>51</sup> *O Dia*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1997, p. 12.

está baseada em entrevista com o então juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude, Geraldo Prado.

Portanto, é possível ressaltar o envolvimento da direção do jornal com uma linha propositiva (no estilo de “busca de soluções”); a mobilização de uma equipe; e o uso de pesquisas e dados sobre a realidade social como os pontos positivos da série de *O Dia*. A análise dos dados referentes aos três critérios aqui adotados, porém, apontam para inegáveis permanências do perfil policialesco do veículo, trazendo a reboque a inobservância de parâmetros mínimos das práticas jornalísticas. Além das 60 repetições do termo “menor” (em apenas 30 inserções), o conjunto de reportagens cita 21 fontes, gerando uma média de 0,7 fonte por texto, e em diversos casos deixa-se de lado a busca do contraditório.

#### **4.5.2. A prostituição infantil em *O Globo***

Também em 1997, foi publicada, no jornal *O Globo*<sup>52</sup>, a série de reportagens sobre exploração sexual infanto-juvenil em Manaus (AM) que renderia ao jornalista Amaury Ribeiro Jr. e ao fotojornalista Luís Carlos Santos o Prêmio Esso de Reportagem daquele ano. A primeira reportagem, com a denúncia sobre a exploração sexual de adolescentes em boates foi publicada em 23 de março de 1997, um domingo. O assunto voltaria em diversas suítes, publicadas diariamente até 6 de abril de 1997.

Isso faz dela o maior dos objetos empíricos analisados aqui e, por isso, evitaremos debruçar-nos detalhadamente sobre cada uma das matérias, sob o risco de tornar a análise extensa demais. Ao longo de duas semanas (15 dias), a série

---

<sup>52</sup> Publicado pelo maior grupo de mídia brasileiro, as Organizações Globo, o jornal *O Globo* foi fundado em 1925 – e deu origem ao conglomerado, impulsionado mais fortemente a partir da criação da *TV Globo*, em 1965. Após um forte processo de concentração dos grupos empresariais de comunicação a partir da década de 1970, *O Globo* consolida-se como principal veículo impresso do Rio de Janeiro (BARBOSA, 2007, pp. 209-212). Atualmente, ao lado da *Folha de S. Paulo* e de *O Estado de S. Paulo*, o jornal forma o conjunto de veículos impressos brasileiros de abrangência nacional. Em 2008, terminou como o segundo maior entre os três. Segundo os dados consolidados do Instituto Verificador de Circulação (IVC) para 2008, *O Globo* teve circulação diária média de 287.382 exemplares. Isso coloca o diário carioca como o quarto jornal de maior circulação do Brasil. Em primeiro no ranking está a *Folha de S. Paulo*, com 311.287 exemplares de circulação média em 2008. Na segunda e na terceira posição ficaram, respectivamente, o *Super Notícia* (de Belo Horizonte) e o *Extra* (do Rio, também publicado pelas Organizações Globo). Os dois últimos são jornais locais com perfil popular (MATSUURA, 2009).

teve 48 inserções, citando 103 fontes e fazendo uso do termo pejorativo “menor” 95 vezes.

A denúncia atingiu em cheio boates de Manaus que incentivavam a prática de prostituição infantil, com total conivência da polícia. A reportagem foi elaborada segundo os preceitos do que se tem chamado de “jornalismo investigativo”<sup>53</sup> – repórter e fotógrafo trabalharam disfarçados de turistas e isso está explicitado no texto. Em entrevista, Amaury Ribeiro Jr. – atualmente repórter especial do *Correio Braziliense* e do *Estado de Minas* (dos Diários Associados) – contou que a produção da primeira reportagem levou duas semanas. O jornalista descobriu o caso em outro trabalho no Amazonas, na mesma época, quando era repórter especial da sucursal de São Paulo de *O Globo*.

Eu tinha ido a Manaus para fazer outra coisa, uma outra pauta. Eu tinha ido a uma base da Funai [Fundação Nacional do Índio], em Tabatinga (AM), longe à beça, na divisa com a Colômbia. (...) Então, os próprios funcionários da Funai contavam as histórias de Manaus [sobre prostituição], que as meninas eram pequenas, que não tinham nem cabelinho. Ficavam falando... Aí eu perguntei: “como assim existe esse negócio lá?” Era uma Disneylândia do sexo, como eles chamavam. (...) Voltei para São Paulo, fiz as matérias dos índios e fiz um planejamento de como ia fazer a reportagem [sobre prostituição infantil], que estratégia eu ia usar na reportagem (RIBEIRO JR., 2009, p. 162).

A reportagem, intitulada “A zona franca da prostituição infantil em Manaus”<sup>54</sup>, ocupou uma página e meia (16 e 17) da editoria *O País*. A matéria, com enfoque de “denúncia”, segundo a classificação da ANDI, está construída a partir do relato de cerca de nove meninas (uma como fonte principal), de dois abusadores (cujos nomes e fotos são publicados) e da observação do repórter. Além das 11 entrevistas, a matéria cita um estudo do Unicef. Nenhum termo pejorativo é usado ao longo dos textos assinados por Ribeiro Jr. no primeiro dia da série.

O texto principal teve chamada no alto da primeira página, mas não foi a manchete<sup>55</sup> do jornal – dedicada à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos

---

<sup>53</sup> Há certa controvérsia sobre o conceito de “jornalismo investigativo”. Alguns pesquisadores o consideram um pleonasma, pois todo tipo de jornalismo exige investigação (no sentido de pesquisa). Os que defendem a especificidade do conceito o definem como “divulgação de informações, no gênero narrativo reportagem, sobre as ações das instituições governamentais ou de empresas privadas que sejam prejudiciais ao interesse público e afetem a sociedade” (AGUIAR, 2006, p. 75).

<sup>54</sup> *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1997, p. 16.

<sup>55</sup> Considera-se “manchete” em sentido estrito: a chamada principal da primeira página do jornal – embora o termo possa também designar qualquer título em páginas de jornal.

Precatórios no Senado, tema que ocupava a agenda político-partidária à época – nem foi a matéria principal da editoria *O País*. Segundo Ribeiro Jr., a questão do espaço não foi a única a impedir a reportagem de ser a manchete, pois a direção do jornal ficou com receio de dar destaque à foto que ilustrou a reportagem publicada na página 16 – a imagem mostra um dos exploradores abraçando uma menina.

Eles estavam com medo. Para publicar a foto na [página] interna (...) foi uma confusão danada. Aí pegaram a matéria e deram uma chamadinha. Só que na segunda-feira, a leitura deu 99,9%. É difícil uma matéria que não seja manchete ser tão lida assim (RIBEIRO JR., 2009, p. 165).

As características da série publicada em *O Globo* permitem um refinamento da análise, em prol de testar a hipótese levantada nesta pesquisa. É possível dividir o conjunto do material publicado – a denúncia inicial e suas suítes – em dois grupos: (1) a primeira reportagem, que consumiu duas semanas de pesquisa e foi escrita na sucursal de São Paulo, segundo Ribeiro Jr.; e reportagens sobre fatos novos e desdobramentos do caso assinadas pelos enviados especiais a Manaus<sup>56</sup>; e (2) repercussões a partir de notas e anúncios oficiais, somadas às recuperações sobre a denúncia inicial, normalmente publicadas sem assinatura e provavelmente redigidas por redatores e fechadores, na redação do jornal. As chamadas de primeira página, títulos, subtítulos e entretítulos também entram no segundo grupo, pois ficam a cargo de redatores, fechadores, subeditores e editores, na divisão da rotina produtiva das redações.

Na própria edição de 23 de março de 1997, é possível encontrar incorreções no segundo conjunto. Na página 17, a matéria subordinada “Juiz só conseguiu tirar cassinos de perto das escolas”<sup>57</sup> é baseada em entrevista com o juiz da Infância e da Juventude de Manaus. Na chamada na primeira página, o juiz é classificado como “Juiz de Menores”, revelando um lapso de informação. Com a aprovação do ECA, em 1990, os Juizados de Menores tiveram seus nomes substituídos por Juizados da Infância e da Juventude. Portanto, a chamada de *O Globo* mostrava, em 1997, desconhecimento do ECA – e, de quebra, usava o

---

<sup>56</sup> Diante da repercussão da primeira reportagem, os jornalistas retornaram a Manaus, onde passaram mais duas semanas. Foram enviadas reportagens sobre medidas do governo local e sobre a visita de uma comissão do Ministério da Justiça, bem como novas denúncias. Os jornalistas chegaram a ser ameaçados por autoridades policiais (RIBEIRO JR., 2009).

<sup>57</sup> **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 mar. 1997, p. 17.

termo pejorativo “menor”. O erro, vale ressaltar, não foi cometido nos textos assinados pelo repórter especial.

Na edição de 24 de março de 1997, *O Globo* dá prosseguimento ao assunto, dedicando-se principalmente à repercussão da denúncia publicada no domingo. O tema ocupa, dessa vez, três páginas, no espaço mais nobre da editoria *O País*. As duas primeiras páginas trazem matérias sem assinatura, recuperando o assunto. É interessante observar como os textos produzidos pelos redatores e fechadores, dentro da redação, incorrem em mais erros do que o texto assinado pelo repórter. A matéria de abertura – “No combate à prostituição infantil”<sup>58</sup> – usa um termo pejorativo: “exploração sexual de *menores*” (grifo nosso). Na página seguinte, a matéria “ONGs pedem ação do Governo federal contra prostituição infantil”<sup>59</sup> e sua subordinada voltam a repetir, uma vez cada, o termo pejorativo.

Na terceira página dedicada ao assunto está a única matéria assinada: “Tortura e corrupção na Secretaria de Segurança”<sup>60</sup>, de Amaury Ribeiro Jr. Com foco de “denúncia”, a matéria usa o termo pejorativo (“menor”), mas o assunto principal são as denúncias de corrupção contra Klinger Costa, então secretário de Segurança Pública do Amazonas. No mesmo texto, é denunciada a existência de um grupo de extermínio que seria responsável pela morte de jovens.

Na edição seguinte, de 25 de março de 1997, a matéria de abertura da suíte traz incorreções mais profundas, sugerindo que, após a denúncia inicial, quando as suítes entram na rotina do veículo e a cobertura se assemelha mais à cobertura factual, a produção tende a se afastar do conceito de “jornalismo socialmente responsável”. A matéria “Um crime ainda sem castigo”<sup>61</sup>, que trata da pouca reação do então governador do Amazonas, Amazonino Mendes, diante da eclosão das denúncias usa incorreções como “Juiz de Menores” (em entretítulo) e “promotor de menores”. Além disso, o termo pejorativo “menor” é usado uma vez para se referir a crianças e adolescentes. Mais uma vez, o texto não está assinado.

Na mesma página, está publicada matéria subordinada assinada por Amaury Ribeiro Jr. O texto, intitulado “Meninas são atração de um negócio lucrativo”<sup>62</sup>, é sobre como as boates que exploram a prostituição infantil são lucrativas e sobre o

<sup>58</sup> *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1997, p. 3.

<sup>59</sup> *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1997, p. 4.

<sup>60</sup> *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1997, p. 5.

<sup>61</sup> *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1997, p. 3.

<sup>62</sup> *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1997, p. 3.

trabalho social de uma casa de assistência social dirigida por freiras – a matéria tem, portanto, enfoque na “busca por soluções”. O texto está construído com pluralidade de fontes – uma freira, uma assistente social e um estudo do Unicef. Embora o repórter utilize incorretamente a nomenclatura “Juizado de Menores” duas vezes, o texto não usa o termo pejorativo “menor” para se referir às meninas. Contudo, é usado no subtítulo da matéria subordinada: “*Menores* vítimas de violência encontram proteção e abrigo em instituição dirigida por freiras” (grifo nosso). Provavelmente, o subtítulo foi colocado no processo de edição, sem controle do repórter.

Na página seguinte da edição de 25 de março de 1997, voltamos ao regime da matéria sem assinatura. As incorreções voltam a aumentar. Na matéria de abertura “Conselho de Defesa da Criança defende punição exemplar para sexo com *menor*”<sup>63</sup>, o termo pejorativo está já no título. Baseado em pronunciamento do vice-presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) sobre o caso, o texto demonstra desconhecimento sobre a função do órgão, ao dizer que ele é subordinado ao Ministério da Justiça. O Conanda, assim como os Conselhos de Direitos estaduais e municipais, é formado por representantes dos três poderes e da sociedade civil e tem funcionamento independente, embora tenha sua estrutura garantida pelo Executivo. Além disso, a matéria comete um erro histórico, ao dizer que o ECA foi aprovado pela Constituinte de 1987, quando, na verdade, ele seria aprovado somente em 1990, em cumprimento de um artigo específico da Constituição Federal de 1988.

A partir da edição de 16 de março, outros jornalistas passariam a assinar matérias sobre o tema – principalmente para dar conta da repercussão do caso no governo federal. Apesar disso, podemos também refletir sobre certo aprisionamento do trabalho enviado por Amaury Ribeiro Jr. de Manaus por uma teia das rotinas produtivas jornalísticas. Na edição de 28 de março, por exemplo, foi publicada a maior matéria desde a reportagem inicial. Intitulada “Polícia fecha motel em Manaus”<sup>64</sup>, a matéria é factual: versa sobre operação contra a exploração sexual infanto-juvenil efetuada pelo governo do Amazonas no dia anterior. Das 14 vezes em que o termo “menor” é repetido, apenas uma não foi no

---

<sup>63</sup> **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1997, p. 4, grifo nosso.

<sup>64</sup> **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 mar. 1997, p. 3.

texto assinado por Ribeiro Jr. Quando o critério é o número de fontes, porém, a matéria está bem acima da média da série, citando sete.

Por outro lado, o tratamento especial também pode ser verificado em matérias assinadas por outros jornalistas. No domingo<sup>65</sup>, 30 de março, uma semana após a publicação da reportagem inicial, o texto “Prostituição infantil, um pesadelo de quase 40 anos”<sup>66</sup>, assinado por Aziz Filho, conta a história de uma empregada doméstica, moradora do Rio e natural de Manaus, que foi explorada sexualmente quando criança. Com foco de denúncia, a matéria está baseada apenas no relato da mulher e tem estilo de perfil. No processo de construção da realidade sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, porém, o texto tem o importante papel de desnaturalizar – dando sentido histórico – a questão, contribuindo para deixar a abordagem geral mais contextualizada.

Ao longo de mais uma semana, a série teria ainda alguns pontos altos. Na edição de 1º de abril, o tema seria manchete pela primeira vez, com a reportagem “Prostituição infantil na mira da PF”<sup>67</sup>. É também a primeira e única vez em que o recurso do *off*<sup>68</sup> foi utilizado. Amaury Ribeiro Jr. chama a atenção para esse ponto, incomum nas práticas do “jornalismo investigativo”.

Durante a apuração, a gente foi ver que quem explorava lá também era a polícia. Eles iam lá buscar propina. A própria polícia explorava as casas e tudo. Demos os nomes dos policiais. [Na reportagem], não tem esse negócio de *off*, está tudo lá (RIBEIRO JR., 2009, p. 164).

Na edição do dia seguinte, seria publicada matéria sobre mais uma atuação escandalosa das autoridades amazonenses. “Vexame em Manaus: polícia varre crianças das ruas”<sup>69</sup>, assinada por Ribeiro Jr., relata operação da Polícia Militar do Amazonas para retirar crianças e adolescentes das ruas. A medida coincidia com a

---

<sup>65</sup> Nos jornais de circulação diária, a edição de domingo é tratada como especial. A tradição vem da imprensa norte-americana e está baseada no princípio de que, enquanto o sábado é um dia geralmente menos rico em fatos previstos na agenda (sobretudo política e econômica), no domingo os leitores teriam mais tempo disponível para leitura. Embora esses pressupostos possam ser questionados no jornalismo contemporâneo, a imprensa diária segue tratando a edição de domingo como especial.

<sup>66</sup> **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 mar. 1997, p. 8.

<sup>67</sup> **O Globo**, Rio de Janeiro, 1º abr. 1997, p. 3.

<sup>68</sup> O termo é a abreviação de *off the record* – na tradução livre, “fora do registro”. Originalmente, na imprensa norte-americana, ele designa declarações dadas por determinada fonte que não devem ser publicadas. Normalmente, o entrevistado pede ao jornalista a não publicação – daí a expressão, comum também no jornalismo brasileiro, “falar em *off*”. Na importação, o termo sofreu certa modificação conceitual. Apenas na imprensa brasileira, chamam-se de *off* as entrevistas com fontes não identificadas – acepção mais comum em nosso jargão jornalístico.

<sup>69</sup> **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 abr. 1997, p. 15.

visita de comissão do Ministério da Justiça à cidade, como parte das repercussões da série. De certa forma, é mais uma matéria absorvida pela teia do trabalho cotidiano: ela usa o termo “menor” nove vezes (apenas uma fora do texto assinado). Por outro lado, o texto cita oito fontes, faz referência à legislação (ao ECA) e chama atenção para o fato de a maioria dos jovens ser negra. Nesse ponto, a foto publicada junto à matéria – comprada ao jornal local *A Crítica*, de autoria de Antonio Menezes – fala por si, ao remeter aos registros iconográficos do trabalho escravo na época da Colônia e do Império.

Noutra clave, vale ressaltar aqui o esforço retórico de associar a operação da PM amazonense com a metáfora da limpeza. A chamada da matéria na primeira página (pequena, em uma coluna) diz “Manaus maquia prostituição ‘limpando’ ruas”<sup>70</sup>. A mesma ideia de limpeza está no título à página 15, que recorre ao verbo “varrer”. O conteúdo dos textos indica que a metáfora da limpeza, no caso, visa à crítica aos métodos da polícia local, mas isso não evita a desqualificação dos jovens socialmente excluídos como sujeitos de direitos. Afinal, varremos e limpamos a sujeira. O texto de Amaury Ribeiro Jr. vai por outro caminho, recorrendo à metáfora da maquiagem: “as autoridades amazonenses resolveram fazer uma maquiagem na capital para tentar convencer a representante do Ministério da Justiça”<sup>71</sup>. Entre 3 e 6 de abril, o jornal seguiria publicando matérias relacionadas à exploração sexual infanto-juvenil, com cada vez menos espaço.

#### 4.5.3. A evasão escolar no *Extra*

Quase dez anos depois, entre 2 e 8 de abril de 2006, o jornal *Extra*, também publicado pelas Organizações Globo<sup>72</sup>, ganharia o Prêmio Esso de Reportagem pela série “Adeus, futuro”, de autoria de Eduardo Auler. Ao longo dos sete dias de publicação, foram contabilizadas 43 inserções e citadas 49 fontes, numa média de

---

<sup>70</sup> **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 abr. 1997, p. 1.

<sup>71</sup> Vexame em Manaus: polícia varre crianças das ruas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 abr. 1997, p. 15.

<sup>72</sup> O veículo carioca foi lançado em 1998, para concorrer com *O Dia*. Em 2008, terminou como terceiro maior jornal brasileiro em termos de circulação média diária, segundo o IVC (MATSUURA, 2009). “O *Extra* tem por princípio fazer um jornalismo com os mesmos fundamentos dos jornais de referência, apenas com uma mudança de linguagem, mais simples e didática. Entretanto, a prática é diferente. Pois o jornal privilegia a cobertura de esporte, polícia, lazer (focofocas) e serviço, temas que o diferenciam dos jornais de referência” (AMARAL, 2006, p. 37).

1,13 fonte por texto. O trabalho de apuração e pesquisa, no entanto, foi muito mais intenso. Como explica a primeira reportagem da série, o trabalho foi baseado em cerca de 150 entrevistas e levou quatro meses. Em entrevista, o jornalista Eduardo Auler é mais específico:

Foram feitas 153 entrevistas, todas gravadas, não tem nenhum *off* na matéria. As pessoas não estão identificadas por uma questão de segurança, mas todas as entrevistas estão guardadas – tenho mais de dez CDs de entrevistas (AULER, 2009, p. 150).

O esforço de reportagem dá à cobertura do *Extra* a condição de série planejada: após quatro meses de pesquisa – o jornalista ficou afastado de suas funções no trabalho cotidiano durante o período (AULER, 2009) –, o texto foi construído em capítulos, publicados diariamente. Os capítulos foram definidos em função de causas para a evasão escolar. A exceção é o primeiro dia da série, com a matéria “Em 2005, 172 mil alunos abandonaram a escola”<sup>73</sup>, que faz uma espécie de apresentação e demonstra, com números, o tamanho do problema da evasão escolar. Segundo Auler, os dados apresentados não estavam consolidados e foi preciso montar “uma rede de informações de pessoas que conheciam educação por dentro, que trabalhavam em lugares distantes, que tinham feito um projeto, que já tinham levantado essas informações de uma forma preliminar” (AULER, 2009).

As causas para tamanho problema, apresentadas uma por dia, foram o trabalho precoce, a falta de transporte público, a violência (destaque para o tráfico de drogas), a gravidez na adolescência e brigas com a família. No último dia da série, a matéria “Caça a estudantes faltosos”<sup>74</sup> apresenta enfoque de “busca de soluções”, segundo a classificação da ANDI. Até então, o tom das reportagens da série estava mais para a abordagem de “denúncia”. O texto trata de um projeto pioneiro, que usava estudantes para convencer colegas a voltarem para a escola e, assim, reduzir a evasão. Segundo Auler, foi justamente um *release*<sup>75</sup> sobre o projeto o fato gerador da série.

O *release* dizia que a secretaria [de educação] ia colocar em prática um projeto para “caçar” alunos que estivessem fora da sala de aula. Eles iriam botar alunos

<sup>73</sup> **Extra**, Rio de Janeiro, 2 abr. 2006, pp. 18-19.

<sup>74</sup> **Extra**, Rio de Janeiro, 8 abr. 2006, p. 3.

<sup>75</sup> Termo abreviado de *press release*, informes das assessorias de comunicação de relações públicas voltados para os meios de comunicação. Com a profissionalização do serviço de assessoria de imprensa, os *releases* assumem forma cada vez mais semelhante ao texto noticioso. Não há tradução corriqueira para o termo e, no jargão jornalístico, ele é largamente usado no original em inglês.

atrás de alunos, para tentar evitar a evasão escolar. E aí, no meio do *release*, tinha uns números [sobre evasão escolar]: 20%, 30%. Aí eu bati o olho naquilo e falei: “cara, como assim 20%, 30%?”. Aí eu comecei a fazer conta. Fiz umas contas e fui buscando dados. Quantos estudantes são? O que significa 20%, 30%? Cheguei a um número... Aí eu disse “caramba, não pode ser isso”. Um número de mais de 100 mil alunos por ano de evasão. Eu falei: “não... como assim... eu quero contar essa história” (AULER, 2009, pp. 147-148).

A série recebeu, naquela semana, tratamento gráfico especial. Praticamente todos os dias, as páginas seguiram uma estrutura com matéria de abertura, matérias subordinadas, boxes, gráficos e fotos, sempre privilegiando textos curtos. A maioria dos textos com relatos sobre a história pessoal das fontes entrevistadas vinha em matérias separadas ou boxes. O mesmo vale para análises de especialistas em educação. O recurso ao fator humano, expresso na sistematização aqui adotada no valor-notícia da personalização, fala alto na cultura jornalística do *Extra*. Auler, que trabalha no jornal desde seu lançamento, confirma a constatação:

Me entusiasmei muito no *Extra* essa questão de trabalhar com personagens, que era um jornalismo diferente até então. A gente se envolvia em desafios, pelo menos foi essa mensagem que a gente entendeu quando começou no *Extra*: trabalhar com personagens, trabalhar com histórias de pessoas, partir dessas histórias para poder contar determinadas histórias (AULER, 2009, pp. 146-147).

Por fim, na análise dos três critérios aqui selecionados, chama atenção, principalmente na comparação com as duas séries de 1997, o uso do termo pejorativo “menor”: nos 43 textos contabilizados, ele aparece apenas sete vezes. A média é irrisória: 0,16 uso por inserção. Isso nos sugere um importante avanço em termos de prática jornalística. É preciso, contudo, mais uma vez recorrer aos cortes temáticos da ANDI para voltar a apontar a cobertura sobre violência como ponto nevrálgico a resistir aos avanços.

Lembrando que a série como um todo seria classificada no tema Educação, vale fazermos uma análise mais detalhada sobre a matéria que apresentou a violência (especialmente o tráfico de drogas) como uma das causas para a evasão escolar<sup>76</sup>. Na reportagem e em sua chamada na primeira página estão todos os sete usos do termo pejorativo “menor”. A concentração não pode ser mero acaso. Ela

---

<sup>76</sup> Tráfico levou 500 alunos a deixar Ciep em Realengo. *Extra*, Rio de Janeiro, 5 abr. 2006, pp. 4-5.

indica uma associação tácita – talvez inconsciente – entre a questão da violência e a classificação (estigmatizante) dos jovens como “menores”.

Isso fica mais explícito na chamada na primeira página<sup>77</sup>. A legenda da foto – que ocupa cerca de 15 centímetros de altura por cinco colunas de largura e mostra quatro meninas de costas – diz o seguinte: “Estas garotas deveriam estar aprendendo o ABC... mas caíram no tráfico e hoje são X., Y., Z., menores infratoras”<sup>78</sup>. A frase não deixa de ser uma sacada, usando o trocadilho como recurso retórico para chamar atenção e dar ainda mais sentido à imagem, mas, nesse processo, ela cria uma distinção clara. Supõe que existem duas categorias antagônicas: “estudante” (subentendido ali) e “menor (infrator)”. Essa dicotomia contribui para colar no tráfico de drogas a imagem de grande responsável pela violência (e também causa da evasão escolar) e, de certa forma, acaba por eclipsar outros aspectos do fenômeno – como, por exemplo, a formação social excludente e autoritária do Brasil.

Há outro indício da associação tácita entre a cobertura da violência e o uso de termos pejorativos. No primeiro dia da série, há uma matéria subordinada<sup>79</sup> sobre um adolescente de 17 anos que foi obrigado a largar a escola porque assassinou o pai e cumpria medida de reclusão. O texto não faz juízo sobre o ato do adolescente e procura expressar sentimentos ambíguos de seu personagem. Ainda que curta (206 palavras), a reportagem não usa uma única vez o termo “menor”. É como se num regime discursivo-temático – a apresentação de uma série de reportagens construída com grande esforço de pesquisa e contextualização – o termo pejorativo não tivesse vez, enquanto noutro – o da violência como causa de quase todos os males – o “menor” se impusesse quase automaticamente como o vilão a ser combatido.

---

<sup>77</sup> **Extra**, Rio de Janeiro, 5 abr. 2006, p. 1.

<sup>78</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>79</sup> ‘Ainda não desisti e quero me formar para entrar na Marinha’. **Extra**, Rio de Janeiro, 2 abr. 2006, p. 19.

#### 4.5.4. As brincadeiras dos desvalidos no *Correio Braziliense*

Para terminar nossa análise sobre o material empírico, passemos ao ano de 2007. Publicado em 12 de outubro de 2007 no *Correio Braziliense*<sup>80</sup>, o caderno especial “Os brinquedos dos anjos” beira o experimentalismo. A data – o Dia das Crianças – funciona como efeméride para justificar a publicação<sup>81</sup>. O material foi ganhador do Prêmio Esso 2008, na categoria Regional 2. Já no abre geral do caderno, em sua primeira página, os autores (a repórter Ana Beatriz Magno e o fotógrafo José Varella) expõem meandros de como foi produzido o caderno nas mãos do leitor.

O texto principal da primeira página do caderno funciona como espécie de chamada, resumo de todas as reportagens contidas em suas 12 páginas, mas também apresenta forte caráter metalinguístico, informando que os jornalistas passaram 21 dias em três comunidades carentes do Rio de Janeiro e ofereceram uma oficina de fotografia com crianças e adolescentes no Complexo do Alemão (parte das fotos é publicada em duas páginas). Além disso, os autores colocam-se subjetivamente, fazendo comparações entre a infância desses meninos e meninas excluídos socialmente e sua própria época de “meninice”. A primeira página do caderno traz também texto de caráter informativo, com dados socioeconômicos sobre as três comunidades retratadas ali: a Vila Cruzeiro, o Complexo do Alemão e o Chapéu Mangueira.

Ao longo de suas 12 páginas, o caderno está estruturado e dividido em função dos diversos tipos de brincadeiras dessas crianças. Cada página traz uma

---

<sup>80</sup> O *Correio Braziliense* foi fundado em 1º de junho de 1808, em Londres (Inglaterra), por Hipólito da Costa, e é considerado o primeiro veículo brasileiro periódico de imprensa. Ele circulou, na capital inglesa, até dezembro de 1822 (SODRÉ, 1977, pp. 24-29). Em 21 de abril de 1960, data da fundação de Brasília, o jornal foi relançado pelo grupo Diários Associados, de Assis Chateaubriand. Atualmente, o título segue pertencendo ao grupo e é o principal jornal da capital federal, tendo grande influência entre os meios políticos de Brasília, embora não chegue a ter abrangência nacional (SQUARISI, 2005, p. 308).

<sup>81</sup> Nesse caso, a efeméride está regida pelo critério de “noticiabilidade” do tempo, o sexto da listagem utilizada nesta pesquisa a partir da esquematização de Traquina. Embora o “valor-notícia” do tempo seja um critério de seleção substantivo (inerente ao acontecimento a ser relatado), ele requer algumas adaptações para ser aplicado às reportagens do caderno em análise. Em primeiro lugar, as reportagens em questão estão mais organizadas em torno de uma problemática do que em torno de um acontecimento. Em segundo lugar, seu processo de produção foi longo (desenvolveu-se cerca de três meses antes da publicação). Essas observações não impedem, contudo, que tal “valor-notícia” tenha sido usado como um dos critérios para justificar a aceitação da pauta do caderno.

reportagem sobre um tipo de brincadeira. Algumas delas focam apenas na brincadeira em si, enquanto outras usam o tipo de brincadeira como mote para acessar determinados temas – como a relação das crianças com a morte ou a história de algumas das comunidades carentes em tela.

De uma forma geral, o trabalho jornalístico destaca-se por dar voz aos meninos e meninas que retrata. Nesse sentido, as crianças são parte importante do total de fontes utilizado nas reportagens. Na soma das reportagens, o caderno cita 44 fontes, sendo 29 delas crianças e adolescentes. O elevado número de fontes mostra também sua pluralidade – além dos jovens, são ouvidos professores, psicanalistas, mães e agentes de organizações não-governamentais. As 44 fontes estão referidas em 21 textos, o que dá 2,09 fontes por inserção. Nas 12 páginas do caderno, o termo “menor” não foi usado nenhuma vez.

Ainda de forma mais genérica, o enfoque das reportagens do caderno pode ser classificado, seguindo os critérios da ANDI, como de “denúncia”. Embora usem como fontes algumas ONGs e cite o trabalho social efetuado por elas, as reportagens estão mais centradas na constatação dos tipos de brincadeiras das crianças excluídas – denunciando as marcas da exclusão nessas brincadeiras. Essa constatação é feita de forma contextualizada – mais em termos culturais e socioeconômicos do que em termos históricos –, mas não chega a assumir o enfoque de “busca de soluções”, ainda conforme o critério de classificação da ANDI. O enfoque de “denúncia” fica ainda mais claro na última reportagem – “Acabou a brincadeira”<sup>82</sup> –, sobre o medo vivido pelas crianças em relação à política de confronto praticada pela polícia.

#### **4.6. Avaliações iniciais**

Parece-nos evidente o aumento da atenção a parâmetros mínimos da prática jornalística, nas coberturas premiadas aqui analisadas, entre 1997 e 2007. Agora, vale colocar novamente a pergunta: as coberturas especiais realmente mantêm níveis mais elevados do que a cobertura cotidiana nos termos desses parâmetros? Não se trata aqui de fazer a constatação óbvia de que reportagens especiais têm

---

<sup>82</sup> **Correio Braziliense**, Brasília, 12 out. 2007. Caderno especial, p. 12.

mais qualidade ou aprofundamento em relação a matérias do dia a dia. Isso parece claro tanto na cultura jornalística quanto fora dela.

Por isso, nossa análise parte de parâmetros mínimos, como já destacamos, a serem observados mesmo pela cobertura cotidiana. O banimento por completo de termos pejorativos e o aumento da pluralidade de fontes fazem parte desses requisitos mínimos. No primeiro caso, fala mais alto a postura crítica do jornalista, ou seja, a decisão pessoal do profissional de não usar termos pejorativos. Nas reportagens especiais, a evolução entre 1997 e 2007 é clara: enquanto nas coberturas publicadas na década de 1990, houve uso do termo “menor” na razão de 1,97 (*O Globo*) uso por inserção e de 2 (*O Dia*), na primeira década do século XXI, o índice caiu para 0,16 (*Extra*) e zero (*Correio Braziliense*). Segundo Veet Vivarta (2009), secretário-executivo da ANDI, a evolução também é observada na cobertura como um todo.

Já no critério da pluralidade de fontes, as matérias especiais estão num patamar bem acima da cobertura cotidiana. Na série de reportagens sobre exploração sexual infanto-juvenil publicada em *O Globo*, foram citadas 2,14 fontes por inserção. Dez anos depois, as matérias do caderno especial do *Correio Braziliense* citaram 2,09 fontes por texto. No mesmo ano de 2007, segundo dados preliminares, o monitoramento da ANDI indicou número médio de 1,43 fonte por inserção. Um ano antes, em 2006, essa média ficou em 1,38. A série sobre evasão escolar publicada no *Extra* no mesmo ano citou 1,13 fonte por inserção, mas se usarmos na conta o número total de entrevistas feitas pelo jornalista Eduardo Auler (153, segundo contou em entrevista), o índice sobe para 3,55. A exceção fica por conta da série de *O Dia* sobre delinquência infanto-juvenil, com 0,7 fonte por matéria.

Reportagens especiais sempre terão maior número de fontes do que matérias cotidianas. Contudo, a pequena variação da razão entre número de fontes e inserções, nos monitoramentos da ANDI – variou de 1,11, em 2002, a 1,43, em 2007 – sugere dificuldade em incorporar a busca do contraditório no jornalismo do dia a dia. Segundo Vivarta (2009, p. 135), “continuamos tendo na média geral um limite [de fontes]. A média se mantém mais ou menos estacionada entre uma e 1,3 fonte por notícia. A gente acha uma média baixa, mesmo entendendo que parte dessa cobertura é de notícias factuais”. O problema, porém, não é só de quantidade.

Falta, primeiro, ouvir mais. Depois, quando ouve, muitas vezes ouve vozes convergentes, então você tem mais um coral do que um debate. Esse é o limite. Não ignoramos as situações de mercado, a pressão das redações. A gente sabe de tudo isso. Sabe-se, muitas vezes, que a notícia está sendo feita por acesso à distância, com computador, telefone, mas isso é um desafio a vencer (VIVARTA, 2009, p. 135).

As situações de mercado que pressionam as redações referem-se, principalmente, à redução do número de jornalistas na produção de conteúdo. Tanto Amaury Ribeiro Jr. quanto Eduardo Auler destacam a falta de pessoal, a redução de investimentos e as mudanças introduzidas pelas novas tecnologias de comunicação como fatores de impacto sobre as coberturas especiais. O trabalho de reportagem em Manaus, segundo Ribeiro Jr., custou, à época, R\$ 16 mil. Corrigidos pelo IPCA<sup>83</sup> para valores correntes de outubro de 2009, o investimento ficaria em R\$ 34,2 mil – preço proibitivo para os jornais atualmente. Por outro lado, a principal consequência da redução das equipes é a falta de tempo.

Havia mais capacidade de fazer [grandes reportagens], por isso era melhor. Havia grandes profissionais trabalhando. Hoje em dia, temos menos possibilidade. Bom jornalismo custa dinheiro. Se você tira dois repórteres da pauta, perde dois profissionais trabalhando no dia a dia. As empresas hoje estão muito enxutas, por isso que acho que é mais difícil fazer isso. Piorou porque havia mais capacidade de fazer [grandes coberturas]. Não que hoje em dia não tenha vontade (AULER, 2009, p. 157).

Além da falta de pessoal e de capacidade de investimento dos meios de comunicação, as novas tecnologias de comunicação influenciam tanto a forma como o público se informa quanto a prática jornalística. Além da difusão instantânea de notícias, aumentou a capacidade de os atores sociais produzirem informação. “Tem muita gente que liga para cá, passa *e-mail*. Então aumentou muito mais a oferta [de informação]” (AULER, 2009, p. 153). O risco, para a prática jornalística, é haver empobrecimento no tratamento da informação.

A gente às vezes não reflete aquilo que deveria refletir. Tem uma expressão que eu adoro: de vez em quando as matérias não dormem. Quando a matéria é muito boa, ela precisa “dormir”, para que você possa refletir no dia seguinte. Mas às vezes não dá tempo, porque tem o risco de o concorrente publicar, ou de parte da notícia sair na internet e você não conseguir fazer (AULER, 2009, p. 154).

---

<sup>83</sup> Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O IPCA é o índice oficial de inflação, que baliza as metas do governo.

Na mesma linha, Amaury Ribeiro Jr. destaca os perigos de o imediatismo da informação na era da internet contaminar demais a prática jornalística. “Tem gente que acha que você pegar um inquérito, mesmo um texto do Ministério Público, é suficiente. Todo mundo quer falar que é jornalista investigativo, mas se tiver pressa, você entra numa fria” (RIBEIRO JR., 2009, p. 168).

Veet Vivarta, secretário-executivo da ANDI, concorda que a falta de tempo para os jornalistas trabalharem temas complexos como a exclusão social de crianças e adolescente é um problema real. Mas ele pondera que, em outras temáticas, os parâmetros mínimos parecem mais elevados.

Em outras áreas de cobertura, não se dá um passo à frente sem checar. Uma coisa é você colocar na pauta, colocar na agenda dos meios. A gente acredita que o direito da infância conseguiu essa passagem. Agora, o quanto o tema sobe na escala de prioridade dos meios é um desafio. Subir nessa escala é importante para que ele mereça um tratamento mais classe A (VIVARTA, 2009, p. 136).

Nesse sentido, vale lembrar que o uso de termos pejorativos não se coloca na cobertura de economia, por exemplo. Tampouco se vê, no jornalismo econômico, tamanho desconhecimento das legislações e do funcionamento dos sistemas administrativos governamentais como verificamos na cobertura sobre exclusão social – tanto em geral quanto no caso específico de crianças e adolescentes – e sobre violência. Isso está expresso nos constantes usos de termos já não existentes, como “juiz de menores”, “juizado de menores” e por aí vai. Quando o Departamento de Aviação Civil (DAC) foi substituído pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), em 2006, os jornais adotaram a nova nomenclatura quase instantaneamente.

Para elevar o tratamento geral dado aos temas sociais na imprensa, é preciso engajar a comunidade jornalística. Trata-se de disseminar parâmetros mínimos do método jornalístico na cobertura das questões relacionadas à exclusão social. Esses parâmetros estão dados. A análise comparativa aqui empreendida nos sugere que, frequentemente, a conquista de mais espaço e a melhoria da cobertura da imprensa sobre a questão da desigualdade e exclusão social de crianças e adolescentes são resultados de esforços individuais de jornalistas engajados, autores das matérias especiais, normalmente premiadas. Ainda parece faltar, na maioria dos veículos, linhas editoriais consolidadas e arraigadas em prol do jornalismo socialmente comprometido – mesmo diante dos avanços relatados pelo jornalista Eduardo Auler, no caso específico do jornal carioca *Extra*.

Isso está contido, de certa forma, nos dois planos que identificamos na série sobre prostituição infantil, em *O Globo*: o plano da reportagem especial seguia esses parâmetros (buscando o contraditório, contextualizando as informações, citando estudos etc.), enquanto no nível das suítes registramos incorreções de informação e uso de termos pejorativos (também presente nas reportagens especiais, é verdade). No extremo, podemos refletir sobre a falta de consolidação de parâmetros mínimos da prática jornalística, na média das redações, quando a questão social está em pauta.

O depoimento da jornalista Sandra Kiefer, repórter de economia do jornal *Estado de Minas*, oferece exemplos ricos. Segundo ela, a matéria original da série sobre trabalho infantil em lixões da região metropolitana de Belo Horizonte foi fruto de esforço. Naquele dia, a jornalista trabalhou 14 horas seguidas.

A matéria mudou a vida de uma pessoa. Ela provocou essa reação toda. E eu acho que ela realmente foi finalista desses prêmios todos não só pelo texto ou nem só pela foto. (...) De um jeito ou de outro, ela conseguiu mostrar a criança no lixo e depois a criança no banco da escola (KIEFER, 2009, p. 174).

Na visão dela, a prática do “jornalismo socialmente responsável”, atento para a questão social, depende da iniciativa pessoal dos jornalistas. E isso está relacionado com o perfil de cada profissional. O *status quo* da cultura jornalística e da visão empresarial dos proprietários dos veículos, porém, tende a resistir a abordagens diferentes. Sandra Kiefer termina assim seu depoimento: “É difícil brigar, nadar contra maré. Não sei de onde começa, se é do ovo ou da galinha, mas é mais do repórter mesmo. Esperar que eles comecem [a mudar] lá de cima pode levar muito tempo” (KIEFER, 2009, p. 182).

Indo mais além, o professor Evandro Ouriques, coordenador do curso de extensão Jornalismo e Políticas Públicas Sociais, da UFRJ, sugere a necessidade de mudanças drásticas na prática jornalística para melhorar a qualidade da cobertura sobre questões sociais. Em entrevista, o professor diz que, apesar disso, o padrão dos universitários do curso de jornalismo é a busca pela prática convencional dos grandes veículos de comunicação.

A grande questão é como fazer com que as políticas públicas sociais sejam cobertas [pela imprensa] no cotidiano de uma maneira especial e o cotidiano das políticas públicas sociais, ou da ausência das políticas públicas sociais, não seja [apenas] eventualmente coberto de uma forma especial. Nessa operação de mudança de direção, há de se ter uma nova maneira de se formar ou de se ajudar a formar jornalistas (OURIQUES, 2009, p. 124).

Para Ouriques, a disseminação de novas práticas jornalísticas passa pela postura crítica individual do jornalista. “Há necessidade de mudança epistemológica na formação do jornalista, uma vez que a prática dele não muda se ele efetivamente não mudar como indivíduo” (OURIQUES, 2009, p. 124). Nesse sentido, vale refletir sobre a necessidade de se disseminar o engajamento dos jornalistas já atentos para uma cobertura diferenciada das questões sociais por meio da formação.